

PF apura propina em troca de decreto

Sócio do grupo Libra

confirmou que Lima

captava para Temer

Reprodução - Correio Paulista



“A atual política de preços para o combustível é extorsiva”, afirma João Goulart Filho “Como nós estamos autossuficientes [em petróleo], nossos preços têm que se basear nos nossos custos de produção internos e não nas variações lá fora”, afirmou o ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL). Para Goulart, “se fizermos isso, a Petrobrás terá garantido os seus lucros e a população não será extorquida como está sendo agora”. **Pág. 3**



Torrealba contou reunião no Palácio, em 2015, com Gleisi (PT) e Temer (PMDB)

Em depoimento à PF e aos procuradores, o principal sócio do Grupo Libra, Gonçalo Torrealba, revelou que Batista Lima, o amigo de Temer, lhe pediu dinheiro para este último. Temer havia dito que Lima “nunca atuou como arrecadador de recursos”.

Além disso, Torrealba relatou uma reunião com Gleisi Hoffmann, atual presidente do PT, e Temer, ocorrida em 2015, no Palácio do Jaburu, para tratar da prorrogação dos contratos do Grupo Libra no Porto de Santos – o que era totalmente ilegal, mas foi feito em setembro do mesmo ano. **Página 3**

Lava Jato confisca R\$ 80 milhões de Palocci, de R\$ 150 milhões roubados

França sela acordo e termina a greve de caminhões na Baixada Santista

No acordo com o governador de SP, parcelamento do IPVA de caminhões em seis vezes e implantação de 12 pontos de paradas nas rodovias. **Pág. 5**



A Lava Jato já bloqueou R\$ 80 milhões do ex-ministro favorito de Lula e Dilma e ex-dirigente nacional do PT por décadas. O confisco foi decidido pelo juiz Sérgio Moro, com exceção dos apartamentos em nome da filha e da enteada, que foram acrescentados pelo

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). No entanto, o roubo de Palocci, até agora detectado, vai a **R\$ 150 milhões**. Ele era, notoriamente, e com provas abundantes, o operador de Lula junto a Odebrecht e outros grupos. **Página 3**

Mesmo após a greve, Temer brinca com a paciência do povo, sobe duas vezes preço da gasolina e desce uma

Logo após a greve dos caminhoneiros que parou o país contra os preços abusivos do óleo diesel, o governo aumentou o preço da gasolina nas refinarias duas vezes em apenas quatro dias, 2,25% e 0,74%. Na

segunda-feira, foi anunciado uma redução de apenas 0,68% na gasolina nas refinarias, o que de longe compensa as altas anteriores em prol dos acionistas externos e contra os interesses do povo. **Pág. 2**

Siqueira: Ivan Monteiro é operador do cartel internacional do petróleo, como Bendine, que hoje está preso

“A Petrobrás é o coração brasileiro, gestado por Getúlio, que tem sido alvo de bandidos, com os chamados desinvestimentos e roubos puro e simples. É nosso dever defendê-la”, afirmou ao HP o vice-presidente da Aepet, Fernando Siqueira. Para o engenheiro, a demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobrás foi a melhor coisa para o país nos últimos tempos. Mas, acrescenta, o atual indicado, Ivan Monteiro, é “um operador do cartel internacional” que veio junto com Bendine. **Página 2**



Alan Santos - ABr

Gás encanado sobe 21% para indústria e 8% para residência

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de SP (Arseps) autorizou o reajuste anual de tarifas da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) de 8% para os consumidores residenciais e até 21% para os industriais. O aumento,

que passou a valer no último dia 31, atingirá 1,8 milhões de pessoas e cerca de 1,2 mil indústrias paulistas, que dependem do combustível. De acordo com a agência, o aumento busca acompanhar as variações do petróleo e dólar. **Página 4**



Argentinos convocam greve geral contra tarifaço de Macri

As centrais sindicais argentinas anunciaram a convocação de uma greve geral contra o arrocho de Mauricio Macri que, para atender ao FMI, vetou a lei de limitação

de tarifas de gás, água e luz, que chegaram a aumentar mais de 100% em poucos meses, para uma inflação de 10% no mesmo período. O anúncio ocorreu durante a concentra-

ção de 500 mil pessoas em Buenos Aires, ao final da “Marcha Federal por Pão e Trabalho”. Além das centrais, a greve tem o apoio de organizações populares a exemplo de Bairros de

Pé, cujo presidente, Daniel Menéndez, destacou: “Desde que Macri cortou todas as pontes de diálogo, é imprescindível parar o país para defender o povo”. **Página 6**

Temer não conseguiu jogar militares contra povo na greve

Parente já prejudicava estatal desde 2002, denuncia Ildo Sauer

Antes mesmo de assumir a presidência da Petrobrás por indicação de Michel Temer em 2016, Pedro Parente já era um inimigo de longa data da estatal. Esse foi um alerta feito na época por carta pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás. Em 2002, quando este assumiu o Ministério de Minas e Energia – gestão pela qual ficou conhecido como “ministro do apagão”, Parente foi responsável por um acordo escandaloso com o empresário Eike Batista, o meliante, que após uma temporada em Bangu, virou réu por corrupção e lavagem de dinheiro. Eike era também chamado de “orgulho do Brasil” pela ex-presidente Dilma Rousseff. O “acordo”, levado ao Conselho de Administração da Petrobrás por Parente na ocasião era com a MPX, de Eike Batista, para a implantação da Usina TermoCeará, dando à empresa garantias absurdas.

O prejuízo para a estatal só não foi maior porque o professor e geólogo Ildo Sauer, na época Diretor de Gás e Energia da companhia, mobilizou a todos para promover um processo de arbitragem contra o acordo de venda da Usina à MPX. Em suas palavras, o processo transformou “um escândalo em apenas um prejuízo”.

“O acordo de implantação da Usina TermoCeará foi o de garantir por um período de cinco anos um preço mínimo de energia de R\$146,68, equivalente a US\$ 58,67, dando assim garantia de que durante a vigência do contrato, a MPX receberia pelo menos US\$ 334 milhões, e além disso se tornaria proprietária da Usina, cujo valor de reposição foi estimado por consultoria especializada, LCA, em 2005, em US\$ 86,4 milhões, embora os acionistas da MPX tenham anunciado um investimento de US\$ 125 milhões”, denunciou a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) na carta endereçada ao Conselho de Administração, às vésperas da nomeação de Parente para a presidência da estatal em 2016.

Caso a receita da usina não atingisse 5 milhões de dólares mensais, a Petrobrás assegurou esse volume de receita mínima mediante o pagamento de uma contribuição de contingência.

“A participação de Petrobrás em usinas térmicas foi imposta pelo Governo FHC, como tentativa de evitar o racionamento, afinal decretado em abril de 2001. Assim não havia nenhuma razão para, após o fim do racionamento, a Petrobrás dar as garantias para esta usina”.

Após a ação de Ildo Sauer, o prejuízo foi reduzido para aproximadamente a metade do previsto e a Petrobrás se tornou proprietária da Usina TermoCeará. Um total de US\$ 122 milhões já havia sido embolsado pela MPX em “contribuições de contingência” e restavam ainda US\$ 212 milhões a serem pagos de acordo com o acordo original.

“Portanto foram pagos cerca de US\$ 249 milhões ao invés de US\$ 334 milhões e a Usina, com valor de cerca de US\$ 100 milhões ficou com a Petrobrás, resultando num prejuízo de aproximadamente de US\$150 milhões”, contabiliza a Aepet.

Especuladores americanos

Outro acordo de Parente que deixou claro o seu compromisso com interesses alheios aos da Petrobrás foi a decisão de atender no início deste ano a reivindicação de fundos abutres norte-americanos que possuem ações da Petrobrás. Antes mesmo de qualquer decisão judicial sobre o assunto ou aprovação do parlamento do Brasil, Parente pagou R\$ 10 bilhões dos fundos da empresa como uma espécie de “indenização” prévia pelos possíveis prejuízos da companhia após a descoberta do esquema de corrupção na Petrobrás pela Operação Lava-Jato.

PRISCILA CASALE

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP

E-mail: horadopovomg@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@vahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Fernando Siqueira: Monteiro veio com Bendine sabotar Petrobrás



Temer indica braço direito de Parente e Bendine para a Petrobrás

Governo corta da saúde e educação para contemplar acionistas da Petrobrás em NY

Michel Temer anunciou na quinta-feira (31) o cancelamento de despesas do orçamento da União, que seriam destinadas a diversos setores da sociedade, no valor de R\$ 3,382 bilhões, para cumprir a redução de R\$ 0,46 no preço diesel, conquistada pela greve dos caminhoneiros. Além desses recursos, o governo vai usar também um fundo de reserva orçamentária (recursos que ainda não tinham destino certo) no valor de R\$ 5,7 bilhões.

Uma soma de R\$ 9,5 bilhões será, portanto, retirada da sociedade para agradar os acionistas estrangeiros da Petrobrás. Ou seja, o governo decidiu tirar dinheiro do povo, de programas sociais, da saúde, da educação, da segurança, etc, para garantir os lucros dos acionistas da Petrobrás, obtidos com sua política tresloucada de preços.

O preço da gasolina nas refinarias da Petrobrás está, em média, 22,1% acima da referência internacional, que é o preço no Golfo do México (dados do Centro Brasileiro de Infraestrutura, CBIE). Este atrelamento ao dólar e aos preços internacionais do petróleo fez explodirem os preços dos combustíveis nas bombas. A resposta veio com a greve dos cami-

nhoneiros que, além de muita força, teve, segundo o DataFolha, apoio de 90% da população.

Somente entre 22 de abril e 22 de maio último – ou seja, em 30 dias – o preço do óleo diesel nas refinarias aumentou +18% e, nas bombas de combustíveis, +38,4%. No mesmo período, o preço da gasolina aumentou +20% nas refinarias e +47% nas bombas (v. Dieese, Nota Técnica nº 194, 26/05/2018). A inflação, pelo IPCA, no mesmo período, foi de 0,066%.

O lucro obtido com essa política de manter os preços dos combustíveis refinados pela Petrobrás acima dos preços internacionais e atrelados à variação do dólar, está na faixa de 150%, segundo cálculos de Paulo César Ribeiro, ex-engenheiro da Petrobras e consultor legislativo da Câmara e do Senado.

Com a redução do preço do diesel, arranca da com a greve, o lucro da Petrobrás, segundo o mesmo assessor, cairia de 150% para 126%. Não tem cabimento que a população seja penalizada para que taxas tão altas de lucro sejam mantidas, sob o pretexto de que os combustíveis são commodities.

Mas, Pedro Parente, conhecido como ministro do apagão do governo

FHC, à frente da Petrobrás, até ser afastado pela gloriosa greve dos caminhoneiros, não admitia mudar sua política de preços. Além dos acionistas estrangeiros se beneficiarem, as multinacionais, que estão importando derivados e vendendo com super lucros, também estão se dando bem com essa política criminosa de Pedro Parente e seu braço direito Ivan Monteiro, braço direito do então presidente da Petrobrás no governo Dilma Rousseff, Aldemir Bendini, preso e condenado a 11 anos de prisão pela Lava Jato.

Quem sai no prejuízo é a população, que está pagando preços abusivos, e as refinarias brasileiras, que estão cada vez mais ociosas (32%) por conta das importações das multinacionais.

E uma política deliberada de extorquir o povo e sabotar as empresas públicas brasileiras, em benefício das empresas e acionistas estrangeiros. E o governo Temer decide tirar recursos do já míngua do orçamento, isto é, da sociedade, para garantir os ganhos absurdos dessa gente. Leia matéria completa no site <http://horadopovo.org.br/temer-corta-r-98-bilhoes-do-orcamento-para-engordar-acionistas-estrangeiros-da-petrobras/>

Governo aumenta gasolina duas vezes e depois faz redução ínfima do preço

O governo não esperou o desbloqueio das estradas após a paralisação dos caminhoneiros ou a normalização do abastecimento de combustíveis no país para elevar novamente o preço da gasolina nas refinarias.

Na quarta-feira, dia 30, a Petrobrás – ainda comandada por Pedro Parente – elevou o preço do combustível em 0,74%. Três dias depois, no sábado (logo após o pedido de demissão de Parente) houve novo aumento de 2,25% - o que elevou o preço da gasolina nas refinarias para R\$ 2,0113. Nesta segunda-feira, uma redução de 0,68% no preço do combustível comercializado foi anunciada, o que, no entanto, não chega perto de compensar as altas anteriores.

A política de preços de combustíveis comandada por Pedro Parente para beneficiar as petroleiras estrangeiras deixou o país em chamadas quando a paralisação dos caminhoneiros foi deflagrada contra o preço abusivo do diesel e da gasolina.

Apenas em maio, foram realizadas 14 altas no preço da gasolina nas refinarias, o que em um mês representou uma alta de 11,64%. Nas bombas, a variação de preços chegou a 47% segundo dados do Dieese - sem considerar as

variações devido à escassez de abastecimento durante a paralisação.

Adotada desde julho do ano passado, a política prevê ajustes diários consonantes com as variações do petróleo e derivados no mercado internacional, assim como as variações do dólar. Desde o início dessa política, o preço da gasolina comercializada nas refinarias acumula alta de mais de 50%.

Contudo, os preços praticados aqui não se equiparam ao do mercado internacional. Eles são maiores do que os preços do mercado internacional, em média, 22,1% - o que deixa mais do que claro que, ao invés de uma política de boa concorrência, o governo está interessado em beneficiar as empresas estrangeiras, viabilizar a importação de combustíveis e agradar os acionistas estrangeiros da companhia.

Mesmo após o acordo de congelamento do preço do diesel por 60 dias, o que foi sem dúvida uma vitória da greve dos caminhoneiros, o governo achou necessário emitir uma nota oficial afirmando que a política de preços perpetrada por Pedro Parente continuará intacta.

“As medidas anunciadas pelo governo para garantir

“É um operador do cartel internacional do petróleo. Veio do Banco do Brasil junto com o Bendine, que hoje está em cana”, declarou o vice-presidente da AEPET sobre a indicação de Ivan Monteiro

“A Petrobrás é o coração brasileiro, gestado por Getúlio. É nosso dever defendê-la, que tem sido alvo de bandidos, com os chamados desinvestimentos e roubos puro e simples”, afirmou ao HP o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira.

Siqueira avaliou a nomeação de Ivan Monteiro para a presidência da estatal. “Ele é um operador do cartel internacional do petróleo. Veio do Banco do Brasil junto com o Aldemir Bendine, que hoje está em cana. Na diretoria de finanças da Petrobrás, o Ivan Monteiro fez três impairments (desvalorização de ativos) de R\$ 113 bilhões. R\$ R\$ 49 bilhões em 2014, R\$ 48 bilhões em 2015 e R\$ 16 bilhões em 2016”, disse.

De acordo com o vice-presidente da Aepet, “em 2015, a Petrobrás teve um lucro bruto de R\$ 98 bilhões e um lucro líquido de R\$ 15 bilhões. Foi feito um impairment de R\$ 49 bilhões. Então, a Petrobrás ficou com um rombo virtual de R\$ 34 bilhões. Isso teve duas consequências: convencer a população que era preciso vender ativos porque a Petrobrás estava quebrada e desvalorização de ativos a serem vendidos”.

Para Siqueira, a demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobrás foi a melhor coisa para o país nos últimos tempos: “Ele foi colocado na Petrobrás para retomar o processo de desnacionalização iniciada na década de 2000. Como presidente do Conselho da empresa, naquela época, tentou até mudar o nome para Petrobrax. E agora, além de vender ativos, fez uma política de preços absurda. Ele deu prejuízo à Petrobrás, que já passa de R\$ 20 bilhões com a política de preços. A única coisa que ele tinha como objetivo era jogar a Petrobrás contra a opinião

pública para poder privatizar”.

O engenheiro criticou a política de preços dos combustíveis, acima do mercado internacional, estabelecida por parente. “Ele colocou tão acima que justificou a importação pelos concorrentes. A importação cresceu tanto que as refinarias estão com 30% de ociosidade. A Petrobrás está exportando petróleo cru e importando derivado. Os concorrentes, também. As refinarias estão ociosas porque os preços estão acima do preço internacional”, observou Siqueira.

Siqueira lembrou que a paridade já vinha sendo praticada desde o governo Dilma. “A Graça Foster estava fazendo a paridade para recuperar o prejuízo que a Dilma fez na empresa. A Dilma mandou importar combustível, mas vendendo mais barato no mercado interno. Comprava a R\$ 1,72 e vendia a R\$ 1,42”.

“A Dilma mandou importar combustível fazendo a campanha da reeleição. O João Santana [hoje em um ergástulo público], o marqueteiro e primeiro-ministro da Dilma, mandou fazer um preço absurdamente baixo para conter a inflação e ser reeleita. Isso deu um prejuízo de cerca de R\$ 60 bilhões”, acrescentou Siqueira.

Conforme o dirigente da Aepert, “nada justifica dolarizar o combustível. O dólar sobe, o petróleo sobe e aí a Petrobrás tem de ter um preço ligeiro abaixo do mercado internacional. Porque senão, sobe a gasolina, sobe o diesel, sobe os mantimentos, sobe tudo”.

Segundo Siqueira, Pedro Parente retomou o processo de desmonte da Petrobrás, com a venda de ativos, com prejuízo de R\$ 200 bilhões. “A tática do Parente foi jogar a Petrobrás contra a opinião pública, através do aumento de preços dos combustíveis”.

VALDO ALBUQUERQUE

Parente, Ivan Monteiro e as semelhanças de PT e PSDB

A indicação, feita pelos investidores da Lava Jato, Michel Temer e Moreira Franco, do engenheiro Ivan Monteiro para substituir o tucano tresloucado Pedro Parente na presidência da Petrobrás, sinaliza, tanto para a continuidade da política de preços abusivos praticada até agora, quanto para a manutenção dos planos de desmonte e venda de ativos da estatal a preço de banana. Monteiro veio da administração petista. Era o braço direito do presidiário Aldemir Bendine, indicado por Dilma, e depois virou homem de Pedro Parente.

Monteiro é considerado o principal mentor do plano de desinvestimento que levou à queima de ativos da Petrobrás. A meta era vender US\$ 15,1 bilhões entre 2016 e 2018. Bendine, amigo de Dilma, trouxe Ivan Monteiro junto com ele do Banco do Brasil para a Petrobrás. Ele levou a fama de “vendine”, mas quem comandava de fato a queima de patrimônio era Monteiro. Na verdade, como se viu depois, Bendine sempre esteve muito ocupado recolhendo propina. Pediu R\$ 3 milhões para a Odebrecht quando era presidente do BB e recebeu R\$ 1 milhão quando estava na presidência da Petrobrás. Está condenado a 11 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro.

Não é à toa que, assim que Parente conheceu o que o “petista” Monteiro fazia na Petrobrás, se apaixonou por ele. Monteiro foi vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores de 2009 a 2015 no Banco do Brasil (BB) – época em que Bendine ocupava sua presidência.

Antes de atuar no BB e na Petrobrás, Ivan de Souza Monteiro ocupou cargos executivos de instituições do mercado financeiro. Foi também membro do Conselho de Administração das empresas Banco Votorantim, BV Participações, BB SH-2 MAP-FRE, Ultrapar e BB Seguridade. Ele teve papel de destaque no “saneamento” do Banco Votorantim, que resultou na demissão de 40% dos funcionários. Quando da privatização da Liquigás, houve

denúncias de que Monteiro, que conduzia a negociata, tinha sido do Conselho de Administração da Ultrapar, virtual compradora da estatal. O negócio acabou não sendo concretizado.

Foi de Monteiro a ideia de depreciar o valor dos ativos da estatal e negatizar o balanço da empresa. Bendine primeiro, e Parente depois, aplaudiram a ideia. O então diretor financeiro da estatal aplicou o chamado teste de recuperação de valor (impairment), o que significa redução do valor recuperável de um bem ativo. Na prática, houve um prejuízo contábil nos três anos que se sucederam a sua entrada na empresa. Entre os anos 2014 e 2017, o impairment foi de R\$ 44,64 bilhões, R\$ 47,68 bilhões, R\$ 20,30 bilhões e R\$ 3,9 bilhões, respectivamente.

O vice-presidente da Aepet, Fernando Siqueira, denunciou na época a manobra contra a Petrobrás: “A Petrobrás teve um lucro em 2015 de R\$ 15 bilhões. Bendine fez uma desvalorização de ativos (impairment) de R\$ 48 bilhões. Então, o lucro que era de R\$ 15 bilhões passou a ser um prejuízo de R\$ 33 bilhões. Assim, passou-se a ideia de que a Petrobrás estava quebrada e tinha mais é que vender tudo”.

Essa era a senha para desmontar a empresa em nome de um suposto “saneamento” de suas contas, que nada mais era do que sabotar a petrolífera brasileira. Monteiro e Parente seguiram adiante e anunciaram a antecipação de um “acordo” criminoso de R\$ 11,198 bilhões para encerramento da ação coletiva de investidores nos Estados Unidos (class action). Além disso, o executivo defendeu a adesão a programas de regularização de débitos federais, que somaram mais R\$ 10,433 bilhões. Ou seja, depois de ser assaltada pelo “Cartel do Bilhão” e seus partidos de estimação (PT, PMDB e PP), a Petrobrás foi novamente saqueada por Parente e Monteiro.

Leia matéria completa no site do HP <http://horadopovo.org.br/wp-admin/post.php?post=21597&action=edit>.



Aq. Senado

Candidato a presidente pelo Podemos Álvaro Dias defende “uma nova política de preços na Petrobrás”

O senador Alvaro Dias (PR), pré-candidato a presidência da República pelo Podemos, criticou a política de aumentos dos preços dos combustíveis, que tem como referência os preços do petróleo praticados internacionalmente e atrelados ao dólar. Em pronunciamento na tribuna, o parlamentar disse que é preciso discutir uma nova política de preços que leve em consideração o custo do barril produzido no Brasil. “Não há como não discutir uma nova política de preços a ser adotada pela Petrobrás”, disse.

Ele também condenou o número de empresas de importação dos derivados de petróleo. “Não foram os brasileiros que assaltaram a Petrobrás. É possível, sim, reduzir o lucro sem trabalhar com prejuízo. Não há por que permitir 392 empresas importando derivado de petróleo”. Segundo o senador, a partir de 2016, “temos 33% a mais de empresas importadoras de derivados de petróleo”. “Isso pode ser bom para os acionistas da Petrobrás, mas é péssimo para o Brasil, é péssimo para os brasileiros”, afirmou.

“Nós sabemos que temos o suficiente para atender à demanda nacional. Nós produzimos mais barris de petróleo do que consumimos. Certamente, se praticássemos preços no Brasil referentes ao custo do barril de petróleo, estaríamos oferecendo preços muito inferiores aos que são praticados atualmente”, afirmou.

Alvaro Dias lembrou que desde 2016, quando “Michel Temer autorizou por decreto a Petrobrás a promover reajustes sistêmicos dos preços dos combustíveis, nós passamos a viver o drama diário da ameaça permanente da inviabilização de certos setores da economia, notadamente aqueles que trabalham com o transporte”.

Segundo o senador, com a autorização para praticar a política de preços que vem praticando, a estatal tem como referência os preços internacionais do petróleo. “E nos últimos três meses nós tivemos uma elevação de 23% desses preços”, frisou.

“Temos a possibilidade de produzir muito mais. Não se entende porque houve essa determinação do governo para que a Petrobrás, através das suas refinarias, trabalhe na baixa, ao invés de trabalhar a pleno vapor”, ressaltou.

Eliland é a conexão entre Rodrimar, Lima e Temer

A Polícia Federal (PF) descobriu que a Rodrimar – que atua no porto de Santos – manteve um contrato com o braço de uma offshore do Uruguai no Brasil, a Eliland. Essa empresa era gerenciada por Almir Martins, funcionário do comparsa e operador de Temer, João Batista Lima Filho.

Almir é contador da Argeplan, empresa de Lima, e foi o responsável por assinar as contas da campanha de Temer a deputado federal em 1994. Ele também atuou como contador nas campanhas de Temer de 1998, 2002 e 2006.

Martins confessou, em depoimento no dia 18 de maio, que se tornou gerente da Eliland apenas para administrar o contrato da Rodrimar. “[Almir Martins] se recorda de um contrato firmado entre a Eliland e a Rodrimar, não se recordando o objeto nem os valores envolvidos em tal contrato, mas se lembrando que tais pagamentos ocorrem até o ano de 2010. Que a Eliland somente possuía contrato com a empresa Rodrimar”, diz trecho do relatório

da PF, divulgado pelos jornais “Folha de S. Paulo” e “O Globo”.

Para a PF, essa é a primeira prova financeira que liga Batista Lima à Rodrimar. Segundo a investigação, a Rodrimar pagou propina a Temer, operacionalizada por Batista Lima, para obter benefícios no decreto presidencial, editado no ano passado, que prorrogou contratos de concessão nos portos de empresas, entre elas a Rodrimar.

Almir Martins declarou ainda que foi colocado na Eliland em meados dos anos 2000 a pedido de um diretor da Argeplan, José Aparecido da Silva. Silva já foi apontado em relatórios da operação Patmos, deflagrada em 2017 a partir da delação da JBS, como outro laranja de Lima. “Que Silva pediu para colocar o declarante como gerente-delegado em função da necessidade legal da empresa posuir um representante sediado no Brasil”, disse Almir Martins à PF. Ele não soube dizer qual a abrangência da atuação da representante da offshore uruguaia no Brasil.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Juíza rejeita ação contra cidadão da tomatada em Gilmar Mendes

Na última terça-feira, a juíza federal Renata Andrade Lotufo, da 4ª Vara Criminal Federal de São Paulo, rejeitou denúncia contra Ricardo Rocchi, por ter atirado alguns tomates em Gilmar Mendes, ministro do STF famoso por soltar corruptos, escroques – e até mesmo um estupro serial, que se aproveitou de seu diploma de medicina para exercer as suas nefandas práticas. “Considerando-se a importância elevada do direito à liberdade de expressão”, disse a juíza em sua sentença, “ainda mais em um país com trágicas experiências recentes autoritárias de violação a este direito, a

maior sujeição a críticas a que estão submetidas autoridades públicas, e a ausência de comprovação de qualquer conduta do investigado que incorresse em ofensas físicas ou pessoais, e em consonância com diversas decisões de tribunais internacionais de direitos humanos, rejeito a denúncia”.

A juíza Renata Lotufo destacou que, em seus depoimentos à Polícia Federal e ao Ministério Público, Ricardo Rocchi declarou que não tinha intenção de ferir Mendes, tanto assim que utilizou “tomates maduros e cozidos”. Leia mais em www.horadopovo.org.br

C. L.

Sócio do grupo Libra desmente Michel Temer em depoimento



Reprodução

Temer respondeu à PF que Batista Lima nunca foi seu ‘arrecadador’

Justiça retoma R\$ 80 milhões que Palocci roubou

A Lava Jato já bloqueou R\$ 80 milhões do ex-ministro favorito de Lula e Dilma e ex-dirigente nacional do PT por décadas. O confisco foi decidido pelo juiz Sérgio Moro, com exceção dos apartamentos em nome da filha e da enteada, que foram acrescentados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

LISTA

Palocci está condenado, até agora, a 12 anos de prisão. Ele era, notoriamente, e com provas abundantes, o operador de Lula junto a Odebrecht e outros grupos. O que está sendo sequestrado agora pela Justiça é:

1) O apartamento nº 131 do Edifício Dante Alighieri, Alameda Itu nº

593, nos Jardins, capital de São Paulo, comprado por R\$ 6.600.000 (seis milhões e 600 mil reais). **Valor atual: R\$ 11.244.800 (onze milhões, 244 mil e 800 reais).**

2) O conjunto comercial 141, com área de 132,850 m2, no Edifício Ciragan Office, Alameda Ministro Rocha Azevedo, 38, Cerqueira Cesar, São Paulo, onde está a sede da empresa de “consultoria” de Palocci, a Projeto – Consultoria Empresarial Ltda.). **Valor atual: R\$ 1.594.200,00 (um milhão, 594 mil e 200 reais).**

3) **R\$ 61,7 milhões** que estavam em aplicações no nome da “Projeto”.

4) Cinco automóveis (três Hyundai em nome

de Palocci, mais um Ford Fusion e um Hyundai em nome da Projeto).

5) Dois imóveis em Ribeirão Preto.

6) O apartamento que está em nome de Carolina Palocci.

7) O apartamento que está em nome de Marina Watanabe.

Esses itens somam, aproximadamente, **R\$ 80 milhões.**

No entanto, o roubo de Palocci, até agora detectado, vai a **R\$ 150 milhões.** Os procuradores esperam, dentro em breve, acrescentarem mais **R\$ 70 milhões** ao confisco de Palocci.

Leia matéria completa no site www.horadopovo.org.br

C.L.

João Goulart Filho: “É inaceitável esse aumento no preço da gasolina”

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), criticou na segunda-feira (04), a insistência do governo em manter aumentos frequentes nos combustíveis. “A população está sendo penalizada duas vezes. Quando persistem os aumentos da gasolina mesmo depois dos protestos e quando o governo anuncia cortes de verbas públicas para subsidiar o diesel”, disse ele.

“Não há motivo para o Brasil seguir nessa política de atrelar seus

preços internos aos preços internacionais. Nós produzimos 2,6 milhões de barris de petróleo por dia, segundo dados de abril deste ano, e consumimos 2,2 milhões de barris”, observou o pré-candidato. “Então”, prosseguiu, “como nós estamos autossuficientes, nossos preços têm que se basear nos nossos custos de produção internos e não nas variações lá fora”, prosseguiu. Na opinião de Goulart, “se fizermos isso, a Petrobrás terá garantido os seus lucros e a população não será extorquida como está

sendo agora”.

“Nada justifica que o Brasil processe apenas 1,6 milhões de barris em nossas refinarias, e sigamos importando 600 mil barris de derivados diariamente. A nossa capacidade de refino é de 2,4 milhões de barris. Estamos com 32% de ociosidade nas refinarias por conta dessa política desastrosa da atual administração da Petrobrás”, denunciou João Goulart.

“A população não merece ser tratada com esse cinismo do novo presidente da Petrobrás, senhor Ivan Monteiro, que, em três dias, elevou duas vezes o preço da gasolina, para depois fazer uma pequena redução. O resultado é que, apesar de ter sido congelado o diesel por sessenta dias, fruto da greve dos caminhoneiros, a gasolina segue no mesmo ritmo de antes. Já tivemos nos últimos 11 meses um aumento de 50% no preço da gasolina. Isso é inaceitável”, completou Goulart.



Divulgação

‘População está sendo penalizada duas vezes’

“Manter privilégios dos acionistas da Petrobrás é insistir no erro”, diz Ciro

O candidato do PDT à presidência da República, Ciro Gomes, afirmou que a saída Pedro Parente da Petrobrás não é suficiente e que a política de preços adotada durante sua gestão precisa ser revista.

“Não basta demitir o senhor Pedro Parente”, disse Ciro, em vídeo publicado em suas redes sociais. “É preciso exigir que a política de preços que ele impôs seja trocada”, completou, reforçando que a revisão da situação não pode ser feita com “demagogia”.

Ciro defendeu que a

estatal adote um modelo de preços com base em seus custos e lucros comparados com os competidores, e não com base na variação do dólar. O pedetista cobrou que a empresa atenda aos interesses nacionais, e não aos de acionistas minoritários.

Ele classificou como “falta de respeito” o aumento do preço na gasolina em plena crise decorrente da greve dos caminhoneiros. “Essa falta de respeito é a política do PSDB”, disse o presidencialista do PDT. O preço da gasolina nas

refinarias subiu 0,74% na última quinta-feira (31), quando o abastecimento ainda não tinha sido normalizado.

No domingo (3), o pedetista também criticou o corte de despesas em várias áreas (como saúde e educação) para viabilizar recursos para o programa de subsídio ao preço do diesel. “Atender as empresas transportadoras tirando imposto da saúde e da educação para apenas garantir, por 30 dias, a manutenção de privilégios de acionistas, é só insistir no erro”, disse.

do “mercado” e do governo. Agora com a proximidade das eleições não é mais?

Recém-filiado ao PMDB, Meirelles foi lançado oficialmente como presidencialista no mês passado pelo próprio Temer, que desistiu de tentar se reeleger. Leia mais em www.horadopovo.org.br

Ele confirmou que João Batista Lima Filho era “arrecadador” de Temer há muito tempo

Em seu depoimento à Polícia Federal (PF) e ao Ministério Público, Gonçalo Torrealba, um dos donos do Grupo Libra, que opera no Porto de Santos, revelou que João Batista Lima pediu dinheiro a ele para Temer.

Em sua resposta ao questionário da PF, em janeiro, Temer disse que seu amigo Batista Lima “nunca atuou como arrecadador de recursos”.

Além disso, no relatório da Operação Skala, a PF descreveu a execução de busca e apreensão na casa de um sócio de Batista Lima, Carlos Alberto Costa, onde foram descobertos documentos das empresas Rodrimar, do Grupo Libra – investigados por passar propina para Temer, através de Batista Lima – e da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), feudo de Temer desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

Os documentos estavam dentro de uma maleiro – e outra parte estava escondida em um quarto de bebê, no segundo andar da residência do sócio de Batista Lima.

O caso tem interesse além do óbvio – as negociatas e os indícios de que a Rodrimar e o Grupo Libra, beneficiadas pela nova legislação dos portos, eram abastecedoras de propina para o grupo de Temer.

Além disso, outro elo de Temer com o PT – nesse caso, com a atual presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann – apareceu na Operação Skala.

Há algumas (poucas) semanas, em um texto quase interminável, um lulista, logo reproduzido por outros, defendeu que a Operação Skala – que prendeu alguns membros do círculo de Temer, inclusive Yunes e o tão onipresente, quanto escorregadio, Batista Lima – era a continuação “do golpe”.

Como assim, perguntará o leitor? Não foi o Temer que, segundo os petistas, deu o golpe na Dilma?

Segundo o sujeito, a Operação Skala só existiu para que a direita arrume um candidato de direita (!).

Deve ser porque o Temer é muito de esquerda. Tanto assim que foi vice da Dilma duas vezes...

Vamos poupar aos nossos leitores o resto desse rocambole.

Mais importante é notar que essa defesa de Temer não é gratuita. Há interesse bem concreto nela, por parte dos lulistas – ainda que o autor da arenga que citamos possa estar agindo apenas como boneco de ventríloquo de outros, mais espertos.

No relatório da Operação Skala, o mesmo sócio do Grupo Libra, Gonçalo Torrealba, conta que, em 2015, foi ao Palácio Jaburu, onde Temer morava, para uma reunião com a senhora Gleisi Hoffmann, hoje presidente nacional do PT, na época, ministra da Casa Civil de Dilma Rousseff.

A discussão, disse Torrealba, era sobre um terminal, no Porto de Santos, para exportação de soja – e sobre a renovação dos contratos que seu grupo tinha nesse porto.

O Grupo Libra queria prorrogar seus três contratos, mas devia R\$ 2,3 bilhões (valores atualizados) em tarifas portuárias.

Por isso, estava proibido de renovar os contratos.

DÍVIDA

A dívida do Libra era 94% do que a Companhia Docas do Estado de São Paulo, que administra o Porto de Santos, tinha para receber. Pior ainda: essa dívida equivalia a mais de três vezes o que o grupo se comprometia a realizar em investimentos (R\$ 723 milhões), nos 20 anos da prorrogação dos contratos.

No entanto, após a conversa com Gleisi e Temer, os contratos foram prorrogados até o ano de 2035 – sem que o Libra tivesse pago a dívida.

Além disso, as condições da prorrogação foram mais

favoráveis que as dos contratos originais, mesmo a dívida permanecendo intocada. Em seu voto no TCU, a ministra Ana Arraes, relatora do caso, resumiu que, além da inadimplência, “a arrendatária nunca atingiu a movimentação projetada. Aliás, logo no início da concessão, requereu redução desse parâmetro para patamares mínimos e o aumento do prazo de carência. (...) os déficits de performance foram substanciais. Além da diminuição dos índices de movimentação, o patamar de receita de apenas 9% da projetada é outro aspecto a demonstrar o esvaziamento do interesse público no prolongamento da relação contratual” (cf. TC 024.631/2016-7).

Como disse o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, que pediu a anulação da prorrogação, “o poder concedente [isto é, o governo] se despiu de todas as suas prerrogativas e responsabilidades para atender de modo servil aos interesses da arrendatária”.

Não havia, legalmente, como conceder a prorrogação.

CONTRATOS

Resumindo o caso do Grupo Libra:

1) Em 2013, Dilma emitiu a Medida Provisória dos Portos – uma daquelas criminosas medidas de privatização, que a administração Rousseff perpetrou.

2) Um dos aliados de Temer, o hoje detento Eduard

o Cunha, entrou com uma emenda, permitindo que empresas com dívidas para com a Companhia de Docas pudessem prorrogar seus contratos. Em seu depoimento para o Ministério Público, Lúcio Funaro, que operava para a cúpula do PMDB, relatou:

“... o Eduardo [Cunha] me narrou que, na época, o Michel pediu a ele: ‘ó, tem que fazer isso, tem que fazer isso, cuidar disso’, para que o negócio não saísse do controle. Pela definição dessa MP, o grupo Libra não ia poder renovar mais as suas concessões portuárias, porque ele tinha vários débitos fiscais. E o que que o Eduardo Cunha fez? Pôs dentro dessa MP uma cláusula que empresas que possuíam dívida ativa inscrita poderiam renovar seus contratos no setor portuário desde que ajuizassem arbitragem para discutir esse débito tributário”.

Realmente, foi esse o conteúdo da inclusão que Cunha fez na MP.

3) Em 2014, a emenda de Cunha foi aprovada e sancionada por Dilma. No mesmo ano, o Grupo Libra doou R\$ 1 milhão para a campanha de Temer à vice-presidência e Gonçalo Torrealba, principal sócio do grupo, doou R\$ 250 mil para o diretório do PMDB do Rio – isto é, para Eduardo Cunha.

4) Em 2015, o Grupo Libra entrou com pedido de prorrogação por 20 anos de seus contratos de concessão no porto de Santos. Como nota o procurador Júlio Marcelo, mesmo com a aprovação da emenda de Cunha na MP dos Portos, a prorrogação era completamente ilegal, até porque nem a exigência de “arbitragem” fora cumprida.

5) Os técnicos da Secretaria dos Portos deram parecer contrário à prorrogação dos contratos do Libra, considerando-a ilegal e contrária ao interesse público.

6) Houve, então, um encontro de Temer com Torrealba, que foi intermediado por Batista Lima.

7) Em seguida, Torrealba encontrou-se com Gleisi Hoffmann e Temer no Palácio do Jaburu.

8) Em setembro de 2015, os contratos do Libra foram prorrogados, passando por cima da lei.

Os contratos prorrogados somavam **R\$ 11.594.147.782,65** (onze bilhões, 594 milhões, 147 mil, 782 reais e 65 centavos).

CARLOS LOPES

PGR quer que processo contra Serra vá para primeira instância

“Não se justifica a competência desta Suprema Corte”, afirma Dodge em solicitação a Gilmar Mendes

A Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o envio do inquérito que investiga o senador José Serra (PSDB) para a primeira instância da Justiça Federal em São Paulo. O pedido será analisado por Gilmar Mendes, relator do inquérito de Serra.

O inquérito apura as supostas doações eleitorais de diversos valores e não contabilizadas a campanhas do tucano.

Na petição, a procuradora explicou que o Supremo não tem mais competência para julgar o caso porque no plenário da casa em três de maio foi restringido o alcance do foro privilegiado para deputados e senadores. Desde essa decisão os parlamentares somente devem responder a processos criminais no STF se os fatos imputados a eles ocorrerem durante o mandato, em função do cargo.

“Como se verifica, os fatos investigados nos presentes autos relacionados a José Serra deram-se enquanto governador de estado. Portanto, não se justifica a competência desta Suprema Corte, dado que, claramente, não se trata de delito ocorrido durante o mandato de senador e, logicamente, não relacionado a este cargo”, argumentou a procuradora geral Raquel Dodge.

“(…) requeiro o reconhecimento da incompetência superveniente do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar os fatos ilícitos investigados neste Inquérito e a consequente remessa dos autos a uma das Varas Federais Criminais da Subseção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo”, pede a procuradora a Gilmar Mendes.

A investigação foi aberta no Supremo através de declarações de ex-executivos da Odebrecht, que narraram pagamentos indevidos da

empresiteira para campanhas de Serra, quando o tucano era governador de São Paulo.

Em depoimento a Polícia Federal, o ex-presidente da Odebrecht e colaborador na Operação Lava-Jato Pedro Novis afirmou que Serra recebeu para si ou solicitou para o partido R\$ 52,4 milhões entre 2002 e 2012.

O executivo contou que o dinheiro foi repassado por caixa 2, isto é, não consta nas declarações de doações de campanha tornadas obrigatórias pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Ainda, parte do dinheiro seria fruto de propina – relacionado, portanto, a algum negócio da construtora com o governo paulista. Os montantes teriam sido entregues por meio de contas no exterior e em dinheiro vivo, no Brasil.

Serra teria solicitado recursos para a disputa da prefeitura de São Paulo, em 2004. R\$ 2 milhões foram destinados não-oficialmente à campanha do tucano neste ano.

Já em 2008 R\$3 milhões foi o pedido atendido pela Odebrecht. Dessa vez, foi entregue em dinheiro vivo a um enviado do senador, segundo o colaborador.

Em 2010, quando foi candidato à presidência da República, o tucano solicitou R\$30 milhões à construtora, prometendo como contrapartida que o governo paulista saldaria uma dívida que tinha com a Odebrecht e que estava sob disputa judicial.

Finalmente, em 2012, Serra teria recebido mais R\$ 4,6 milhões da empresa para custear sua campanha à Prefeitura de São Paulo.

O tucano nega recebimento de vantagens. A assessoria do senador afirmou que ele jamais recebeu propinas ou doações indevidas. Ainda, disse que Serra nunca trabalhou para favorecer a Odebrecht nos cargos em que ocupou no governo.

TO: Carlesse e Vicentinho vão para o segundo turno; Kátia Motosserra fica em 4º lugar

No último domingo (3), foi realizada a eleição suplementar para o governo do estado do Tocantins, e o segundo turno, no dia 24 de junho, será disputado por Mauro Carlesse (PHS) e por Vicentinho (PR).

A eleição suplementar ocorreu por conta da cassação do ex-governador Marcelo Miranda (PMDB) e de sua vice, Cláudia Lélis (PV), por arrecadação ilícita de recursos para a campanha de 2014.

Mauro Carlesse, que concorreu pela coligação “Governo de Atitude” (PHS/DEM/PTC/PRB/PMN/PP/PPS), recebeu 174.275 (30,31%) dos votos válidos. Vicentinho Alves, da coligação “A Vez dos Tocantinenses” (PR/PPL/PROS/SD/PMB), recebeu 127.758 (22,22%) dos votos válidos.

A amiga de Dilma, a senadora ruralista Katia Abreu, amargou o quarto lugar na disputa, ficando com 15,6% dos votos. Ela concorreu ao governo pelo PDT.

Márlon Reis (REDE) - 56.952 (9,9%), Marcos Souza (PRTB) - 2.794 (0,49%) e Mário Lúcio Avelar (PSOL) - 3.862 (0,82%), completaram a lista dos candidatos. Um total de 306.877 eleitores (30,14%) se absteve de votar. Os votos nulos somaram 121.877 (17,13%) e os brancos 14.660 (2,06%).

KÁTIA
A senadora Kátia Abreu iniciou um retiro após a divulgação do resultado oficial. A campanha da Rainha da Motosserra contou com grande entusiasmo da ex-presidente Dilma que chegou a declarar que “todos os tocantinenses terão

oportunidade de homenagear a sua competência, coragem e decência em 2018”. Logo se vê que a empolgação da cabo-eleitoral não contagiou o povo do Tocantins.

Mesmo contrariando a posição do diretório nacional petista – que aprovou apoio ao candidato do PSB, o atual presidiário, Lula, também apoiou Kátia Abreu.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou uma carta ao PT do Tocantins anunciando seu apoio à senadora e pedindo aos seus eleitores do estado que votem nela. Lula disse ter gratidão à senadora que foi uma das maiores defensoras da ex-presidente Dilma Rousseff durante o processo de impeachment.

“O Brasil está tão carente de pessoas de caráter e lealdade política que, quando ouvia os discursos da Kátia, ficava orgulhoso de ver uma mulher com quem não tinha nenhuma afinidade política e ideológica, causando inveja a muitos de esquerda que tinham vergonha de defender a Dilma. O meu respeito pela Kátia cresceu a cada dia”, disse Lula.

Kátia Abreu, que já chamou o MST de “movimento dos sem lei” e a Via Campesina, de “milícia”, também já foi denunciada por desmatamento ilegal e grilagem de terras. Dois irmãos de Kátia, André Luiz Abreu e Luiz Alfredo de Feresin Abreu, foram flagrados em 2012 e 2013, mantendo trabalhadores em suas fazendas em situação análoga à escravidão. No Senado, ela se esforçou para alterar a PEC do Trabalho Escravo e barrar a Lista Suja do Trabalho Escravo.



Reprodução

Relação de Serra com empreiteira Odebrecht foi denunciada na Lava Jato

Acordo para pagamento de R\$ 191 milhões foi fraudado, afirma Dersa

Apuração realizada pela empresa responsável por obras rodoviárias de São Paulo (Dersa) apontou que a Odebrecht recebeu R\$ 191,6 milhões da estatal por um acordo fraudado no ano de 2009. O acordo é investigado em um inquérito da Procuradoria Geral de São Paulo (PGE) sobre o pagamento de suborno ao então governador, José Serra (PSDB).

Em colaboração premiada, a Odebrecht se beneficiou de um repasse de R\$ 191,6 milhões pago pela Dersa após depois da empreiteira acertar uma propina de R\$ 23,3 milhões ao tucano José Serra, atualmente senador. Em valores atuais, o montante pago pela estatal à empreiteira equivale a R\$ 463,8 milhões.

O caso é tratado pela PGE como suspeita de corrupção, e não contribuição via caixa dois, já que a empreiteira relata que houve contrapartida: o acordo.

CBPO

Perícia contratada pela Dersa apontou irregularidades num processo judicial entre a

estatal e a CBPO, do grupo Odebrecht.

Em 2001, a CBPO entrou com uma ação contra a Dersa, pedindo o pagamento de correções monetárias nos pagamentos atrasados e dizendo que havia sido aplicado redutor de preço errado após o Plano Real. A empresa tinha sido contratada para a duplicação da rodovia Dom Pedro 1º e a construção da Carvalho Pinto, em 1988 e 1990.

Em 2003, a empresa perdeu a ação em primeira instância. Três anos depois, a CBPO recorre ao Tribunal de Justiça e o órgão decide que a empresa tem razão em parte: a Dersa deveria ter corrigido os valores em atraso. Débito é calculado em R\$ 532.357,54. Para a perícia, a Dersa é quem deveria ter recebido este valor. Em 2008 a estatal recorreu ao STJ e perdeu.

COLABORAÇÃO

O ex-executivo da Odebrecht, Pedro Novis, contou em colaboração premiada que foi logo após essa derrota no STJ que o então presidente do PSDB, o ex-senador Sérgio Guerra

(1947-2014), pediu R\$ 30 milhões. O destino do dinheiro seria a campanha presidencial de Serra de 2010.

A Odebrecht topou contribuir com R\$ 23,3 milhões, ainda segundo Novis, desde que a Dersa acertasse as dívidas que já se arrastavam por cerca de 20 anos.

Em janeiro de 2009, a Dersa assinou um acordo pelo qual concordava em pagar R\$ 191,6 milhões em 23 parcelas mensais.

A perícia contratada pela estatal questiona esse valor. De acordo com a apuração, houve uma interpretação equivocada da decisão do Tribunal de Justiça. A Dersa seria credora da CBPO, não devedora.

O acordo foi assinado pela advogada da Dersa, Aleksandra Filipoff Atallah. Sindicância da empresa apura quem fez a interpretação judicial agora questionada.

Em nota, José Serra negou que tenha se beneficiado do esquema. Segundo o senador tucano “essa história é um disparate, não faz o menor sentido”.

Parlamentares governistas recuam do PL de privatização da Eletrobrás

Na última sexta-feira (1º), Michel Temer enviou um projeto de lei, em regime de urgência, ao Congresso para a venda das seis distribuidoras de energia da Eletrobrás que atuam em regiões deficitárias.

Esta é a segunda tentativa do governo concluir questão, já que não conseguiu apoio, nem mesmo na base aliada, para a privatização da estatal. Mas, com o grande desgaste após a greve dos caminhoneiros, e a proximidade das eleições, os parlamentares afirmam que a aprovação do projeto é inviável.

A tramitação em regime de urgência prevê que a matéria deve ser votada em 45 dias, trancando a pauta onde estiver, Senado ou Câmara. Mesmo assim, o presidente da Câmara,

deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), deve colocar o projeto em espera por conta de um novo acordo entre os líderes partidários.

Maia já admite que a medida dificilmente será votada antes das eleições, já que os parlamentares pretendem incluir na pauta, justamente por conta das eleições, medidas de apelo popular, como a redução no preço do gás.

A venda das seis distribuidoras de energia nas regiões Norte e Nordeste [Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí] estava no texto da Medida Provisória 814/17, que viabilizava a privatização da estatal. Sem apoio ao texto, Maia negociou com os parlamentares a retirada da

MP da pauta em troca da aprovação da reoneração da folha salarial e da alíquota zero sobre PIS/Cofins para o óleo diesel.

Ao PL de Temer a rejeição não é menor. O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), da base aliada, diz que as distribuidoras precisam ficar sob o controle da União, pois não vai haver investimento privado para levar a energia em regiões tão distantes. “Distribuir energia no Norte do País é muito complicado. Temos comunidades distantes, no meio de florestas fechadas, que precisam ter iluminação garantida, e, se desestatizar a Amazonas Energia agora, vai ser muito difícil manter o investimento necessário na região”, argumentou.

Gás encanado sobe até 21% em São Paulo

Em meio à crise do aumento dos preços de combustíveis, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps) autorizou o reajuste anual de tarifas da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) em até 21%. De acordo com comunicado da Comgás o reajuste passou a valer na última quinta-feira (31).

O aumento será cobrado por faixas de consumo, e os cerca de 1,8 milhões de consumidores residenciais terão altas que vão de 3,4% a 8%. Para os 17 mil comerciantes, a variação será de 5,8% a 12,9% e, para as 1,2 mil indústrias o aumento ficará entre 13% e 21%. Já a tarifa do Gás Natural Veicular (GNV), aplicada aos postos de combustíveis, deve cair 1,06%.

A Arseps destacou que esse reajuste leva em consideração a atualização nos custos de gás e transporte incluídos na tarifa, que acompanham as variações de preço do petróleo e da taxa de câmbio. Ou seja, a mesma política de “paridade” internacional que a Petrobrás está usando



Mais de 1,8 milhão de consumidores serão afetados

para manter os aumentos nos combustíveis. Essa política significa atrelar os preços internos ao mercado internacional, quando temos auto-suficiência na produção de petróleo e gás, mas deixamos o país refém dos preços internacionais, com refinarias sucateadas e paradas e importando o que podíamos produzir.

Ainda não comunicado, a Comgás disse que os reajustes ocorrem depois de duas reduções consecutivas dos custos de gás e transporte, em maio e outubro de 2016, e uma variação positiva, em maio de 2017. Com isto, o custo da tarifa para o segmento industrial retorna a um patamar similar àquele em maio de 2015, informou.



Promessa de baixar o preço não ocorreu

Mesmo com cobrança de bagagem, passagens aéreas aumentaram 6%

A promessa das companhias aéreas de que a nova cobrança nas bagagens traria uma redução no preço das passagens não passou de pura ilusão. Após um ano depois do início da cobrança, em vez do valor das passagens caírem como prometido elas tiveram um aumento real médio de 6%. Além disso, a taxa para transportar uma mala de até 23 kg subiu 67%.

A data de um ano conta a partir da cobrança feita pela Azul, a primeira empresa aérea a adotar o procedimento em 1º de junho de 2017. O fim da gratuidade na bagagem entrou em vigor em 14 de março de 2017, após reações negativas dos consumidores e decisões contrárias da Justiça. Além da Azul, as outras três maiores empresas também praticam a política de cobrar a mais pelas bagagens: Avianca, Gol e Latam.

Na época, as empresas prometeram aos consumidores que o fim da gratuidade nas bagagens trariam benefícios, como reduções no preço das passagens, porém, os valores aumentaram.

Quando começaram a cobrar pelo transporte de bagagem em voos, todas as companhias aéreas cobravam R\$ 30 para o despacho de uma mala de até 23 kg caso o pagamento pelo serviço fosse feito com antecedência. Porém, após um ano, o valor da taxa já chega a R\$ 50 na Azul, um aumento de 67%. No caso da Latam e da Avianca, a taxa subiu para R\$ 40, um aumento de 33%. A Gol é a única que ainda continua cobrando o valor original de R\$ 30.

De acordo com dados da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), em junho do ano passado o preço médio das tarifas aéreas em voos domésticos no Brasil equivalia a R\$ 333,35, já com o reajuste da inflação do período. Em fevereiro deste ano (último dado disponível), o preço médio das passagens subiu para R\$ 354,02, um aumento real de 6%.

Para utilizar o mesmo mês na comparação, em fevereiro do ano passado o preço médio equivalia a R\$ 330,81. Isso dá um aumento real médio de 7% (já descontada a inflação).

Jovem é morto em linchamento no DF

Polícia nega que tenha ocorrido roubo

O jovem de 17 anos, Victor Martins Melo, morto por linchamento em uma festa no Parque da Cidade em Brasília, no último sábado (26), não teve nenhum envolvimento no roubo de um celular que teria motivado as agressões.

De acordo com a Polícia Civil, inicialmente, Victor era indicado como um dos participantes no roubo do celular de uma jovem, o que levou cerca de 20 pessoas a atacarem o jovem com socos, chutes, garrafadas e até facadas. Porém, com a nova versão de uma testemunha, acredita-se que a vítima não praticou o crime.

“Com as provas coletadas, concluímos que Victor foi à festa acompanhado de 6 ou 7 amigos, incluindo o autor do roubo, que já foi identificado. Alguns deles tinham a intenção de praticar furtos a celulares, mas não se sabe se Victor sabia deste fato. O que se sabe é que, de acordo com o depoimento da testemunha, ele não participou do crime e, mesmo assim, foi responsabilizado”, declarou o delegado responsável pelo caso João Ataliba, da 1ª DP (Asa Sul).

A nova testemunha era amiga de Victor e do menor que praticou o roubo. Ela contou que o autor pegou o celular dentro da bolsa da jovem e fugiu. Victor estaria atrás da menina, que tentou segurá-lo. Ele tentou fugir, mas foi pego por outros jovens que o lincharam.

“O Vitor estava caminhando atrás. Ele foi agarrado pela própria vítima, se desvencilhou, correu e acabou perseguido pela multidão. Logo depois, foi linchado”, afirma o delegado.

Ainda de acordo com a Polícia Civil a adolescente que teve o celular furtado apresentou contradições no depoimento. “Ela contou duas versões para a mesma história, uma que Victor teria roubado o telefone da mão dela e outro que ele teria a segurado para possibilitar que o suposto comparsa realizasse a ação. Ela também negou conhecer Victor, mesmo eles estudando na mesma escola e, inclusive, fazendo uma aula de português juntos”, explicou Ataliba.

Agora, a polícia trabalha para identificar os autores do linchamento. As investigações apontam que há vídeos circulando nas redes sociais que podem ajudar no reconhecimento. Por isso, a PCDF pede que, caso alguém tenha acesso a essas provas ou qualquer informação, entre em contato pelo 197. A denúncia é anônima.



Victor foi espancado por 20 pessoas



Entidade questiona mudanças na CLT

Juizes do Trabalho denunciam na OIT perseguição por não aceitarem violação de direitos

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) levou a órgãos internacionais uma Carta Aberta que denuncia as tentativas do governo Temer de coagir os juizes a aceitarem quietos as inconstitucionalidades da “reforma trabalhista” e aplicarem as mudanças que a reforma promoveu.

A Carta foi distribuída na 107ª Conferência Internacional do Trabalho, evento realizado em Genebra, Suíça, e organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na última quinta-feira (31).

A Carta defende a tese, aprovada no último Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (CONAMAT), de que os juizes, no seu exercício de cumprir e fazer cumprir as leis, devem ter a liberdade de interpretá-las.

O Congresso da entidade julgou inconstitucional uma série de artigos da nova lei que alterou pontos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Os juizes condenaram, por exemplo, qualquer norma que afaste da apreciação da Justiça do Trabalho o conteúdo de Acordos Coletivos e convenções do trabalho. A tese diz, portanto, que “será autoritária e antirrepublicana toda ação política, midiática, administrativa ou correcional que pretender imputar ao Juiz do Trabalho o ‘dever de interpretar a Lei nº. 13.467/2017 [reforma Trabalhista] de modo exclusivamente literal/gramatical”.

De acordo com a Anamatra, “a partir da aprovação da reforma Trabalhista pelo Congresso Nacional, os magistrados e magistradas do Trabalho passaram a sofrer inúmeras tentativas de intervenção na sua independência judicial e frequentes ataques, inclusive no âmbito parlamentar e pela mídia, havendo até mesmo ameaças de extinção da Justiça do Trabalho, caso não apliquem a reforma Trabalhista, de forma literal”.



Time chegou a 20 pontos na tabela

Flamengo bate Timão e avança na liderança

O Flamengo foi melhor todo o tempo. Mais volume de jogo e determinação de vencer. O time paulista preferiu priorizar a retransmissão tentando alguns contra ataques com Pedrinho, melhor jogador do Corinthians na partida. Com a vitória rubro-negra, o time da Gávea chega a 20 pontos e se isola da liderança da competição. O segundo lugar, Grêmio, tem 16 pontos.

O gol do Flamengo veio no segundo tempo depois de uma bela jogada de Lucas Paquetá que obrigou o goleiro Vagner de Assis a fazer uma bela defesa de mão trocada no seu ângulo direito. Para azar do Timão, a bola caiu nos pés de Felipe Vizeu, que acabara de entrar na partida. Ele nem esperou a bola cair e colocou-a no fundo das redes.

Nesta mesma rodada do “brasileirão”, o Palmeiras derrotou no sábado o São Paulo, de virada por 3x1. O Botafogo derrotou o Vasco por 2x1 derrubando o técnico cruzmaltino, Zé Ricardo.

O Santos, pressionado por sua torcida, fez 5x2 contra o Vitória, o Grêmio ganhou do Bahia por 2x0, o América Mineiro venceu o Atlético Paranaense por 3x1. Internacional e Sport terminaram empatados sem gols e Chapecoense e Atlético Mineiro também empataram em 3x3. Mais cedo, a seleção brasileira venceu o amistoso contra a Croácia por 2x0 e gols de Neymar e Firmino. O jogo foi na Inglaterra.

Crise dos combustíveis expõe descaso de Temer com o Brasil



Governo tentou sem sucesso jogar Forças Armadas contra caminhoneiros



Governador de SP recebeu dirigentes de caminhoneiros no Palácio

Márcio França fecha acordo que garante mais 6 pontos de paradas a caminhoneiros

Após negociação com o governador de São Paulo, Márcio França, os 1600 os caminhoneiros autônomos que permaneciam em greve na região do Porto de Santos decidiram, em assembleia, por encerrar as paralisações e voltar ao trabalho já na sexta-feira (1).

Uma comissão de caminhoneiros foi até o Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, onde foram recebidos pelo governador. Márcio França, que foi protagonista nas negociações até mesmo a nível nacional, conseguiu com que

as conversas avançassem. Entre os pontos acordados entre França e os grevistas estão: caminhões com eixos levantados não pagam pedágios (o que já está acontecendo desde a quinta-feira, 31); possibilidade de parcelamento do IPVA de caminhões em seis vezes; garantia de 6 pontos de paradas nas rodovias paulistas (4 no rodão e 2 em locais que os caminhoneiros escolherão).

A comissão voltou para Santos, onde a categoria realizou uma assembleia e foram apresentadas as propostas do governa-

dor. Os caminhoneiros aprovaram e voltaram ao trabalho. De acordo com a administração do Porto, suas atividades demoraram cerca de 10 dias para serem normalizadas.

“Com a volta ao trabalho no Porto de Santos o País retorna à normalidade. Os caminhoneiros e o governo do Estado de São Paulo fizeram do diálogo o caminho para a solução de um problema que afetou o Brasil. Isso é a prova de que a boa política representa o melhor caminho para enfrentar as crises”, afirmou Márcio França.

Professores federais: ‘Com mais cortes de verbas, governo quer inviabilizar educação e saúde públicas’

Os professores das Instituições Federais de ensino do país condenaram a medida do governo Temer de retirar recursos de áreas sociais para garantir os lucros dos acionistas da Petrobrás, no acordo de redução do preço do diesel após a greve dos caminhoneiros.

A entidade afirma que a reivindicação dos caminhoneiros pela redução do preço do combustível é justa, mas “não é sensato que áreas como Educação e Saúde tenham ainda mais seus investimentos reduzidos”, diz a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, (Proifes-Federação).

“Retirar recursos dessas áreas, após o efeito devastador que a Emenda à Constituição (EC) 95 [Teto de Gastos] teve e terá ao congelar gastos sociais pelos próximos vinte anos, é praticamente inviabilizar uma educação e saúde públicas, gratuitas e voltadas aos segmentos mais pobres e carentes de serviços do Estado”, ressalta.

Os recursos desviados prejudicarão programas ligados à saúde e educação, bolsas para universidades, programas de aprimoramento do SUS e ações de saneamen-



Hospitais universitários vêm sofrendo com cortes

to básico, com especial efeito em comunidades ribeirinhas e moradia popular. No entanto, vale ressaltar que não há qualquer justificativa para se retirar verbas de áreas sociais que não seja a de manter os lucros dos acionistas. Segundo estudo do ex-engenheiro da Petrobras e consultor legislativo da Câmara e do Senado, Paulo César Ribeiro, antes da greve, a Petrobrás praticava preço médio nas refinarias de R\$ 2,33 por litro, o que garantia, uma margem de lucro de 150%. Após a redução, o preço do diesel foi rebaixado a R\$ 2,10, o que daria uma margem de lucro de 126%. “Ainda é um lucro altíssimo. Então não é razoável que a União subsidie a Petrobrás”, afirmou Ribeiro.

Para o Proifes, a rein-

dicação dos caminhoneiros é legítima, ao contrário da solução encontrada pelo governo, uma vez que não atinge o que causou o problema dos preços altos: “os demais derivados do petróleo, como a gasolina, cuja alta tem efeitos em toda a cadeia de consumo, e o gás de cozinha, por exemplo, continuam com preços exorbitantes, e ficarão mais caros, considerando que o governo mantém a estratégia de envio de óleo para ser refinado pelas concorrentes internacionais da Petrobrás, permitindo que estas empresas continuem a lucrar com a variação internacional do dólar. Enquanto no Brasil precarizam-se os serviços da Petrobrás, diminuindo sua capacidade de refino e absurdamente colocando nossas refinarias na lista das privatizações”, denuncia a entidade.

Luta dos caminhoneiros resultou na queda do presidente da Petrobrás, Pedro Parente

A greve dos caminhoneiros foi, na avaliação de seus organizadores, plenamente vitoriosa. Ela obteve, segundo alguns de seus líderes, “conquistas históricas para a categoria”. Além da redução do diesel, os caminhoneiros conseguiram manter o óleo congelado por 60 dias, substituir reajustes diários de preços por alterações mensais, definir o preço mínimo do frete, deixar de pagar pedágios de eixos suspensos de caminhões vazios, arrancar 30% das cargas de alimentos do governo para os autônomos, entre outras conquistas.

Nesta luta contra os preços abusivos, que mostrou uma força poucas vezes vista no Brasil, se fortaleceram também as lideranças mais sérias e combativas da categoria dos caminhoneiros. Na primeira reunião, convocada pelo governo em Brasília, logo no início da greve, o Planalto achou que poderia dividir o movimento e atrair alguns sindicalistas para a sua proposta completamente insuficiente de congelamento - por 15 dias - dos preços do diesel, que haviam sido reduzidos às pressas por Parente em 10% no dia anterior. Não havia a menor garantia de que esses preços não seguiriam subindo depois deste prazo.

Apesar de alguns dos negociadores presentes à reunião terem aceitado a proposta do governo, ela foi repudiada pelo conjunto da categoria e a paralisação prosseguiu e se fortaleceu. Posteriormente o governador de São Paulo, Márcio França (PSB), que se destacou na solução do impasse, constatou com razão, durante uma sabatina no site UOL, que: “Michel Temer falou com as pessoas erradas nesta greve”. Márcio França, ao contrário de Temer, teve sensibilidade, respeitou as reivindicações dos caminhoneiros, e acabou fechando um bom acordo com os grevistas em São Paulo. Este acordo fechado no Palácio dos Bandeirantes serviu de modelo para a solução do impasse a nível nacional.

Subestimando o grau de indignação que a política de Pedro Parente - de praticar preços de combustíveis acima do mercado internacional e reajustá-los pelo valor do dólar e pela cotação do barril de petróleo - provocara nos caminhoneiros e também no conjunto da população brasileira, o governo federal achou que tinha espaço para, de forma truculenta, expulsar da reunião as lideranças que se recusaram a assinar a proposta e o compromisso de suspender a greve.

Entre esses líderes que o ministro Eliseu Padilha expulsou da reunião, estavam Diomar Deléo Cunha Bueno, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Autônomos (CNTA), o presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes e Carlos Alberto Litti Dahmer, presidente Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí, no Rio Grande do Sul, e vice-presidente da CGTB. Ao manterem-se firmes, esses sindicalistas aumentaram sua autoridade junto à categoria e conduziram a greve até o êxito final.

O impasse provocado pelo governo estava na insistência do Planalto em manter reajustes diários de preços, política iniciada ainda na administração de Graça Foster, mantida por Aldemir Bendine, e oficializada em julho de 2017, por Pedro Parente. Os integrantes do Palácio do Planalto não levaram em conta que Pedro Parente não mede consequências para agradar o “mercado” - ou seja, para agradar as multinacionais do petróleo. Esse sujeito na verdade faz qualquer negócio para receber os aplausos dessa gente. Tanto é verdade que ele já tinha inclusive levado o país ao apagão em 2001, quando foi ministro de FHC. Sua atuação naquela época foi tão desastrosa que ele ficou conhecido como o “ministro do apagão”.

Agora, na Petrobrás, para

receber aplausos da Shell&-Cia, ele estava disposto a atropelar tudo e implantar novamente o caos no país. Sua política de preços só beneficia as multinacionais, os acionistas estrangeiros da estatal e as importadoras. A própria Petrobrás, ao insistir nessa política, se prejudica. Ela deixa de refinar e perde espaço para as empresas concorrentes e para a invasão dos derivados importados. Além de tudo isso, com a elevação simultânea do dólar e do barril de petróleo visos recentemente, os preços internos atrelados a eles explodiram e o país inteiro percebeu que essa política era inviável.

O professor Ildo Sauer, vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente da USP, alertou para a gravidade do que estavam fazendo com a Petrobrás. Ao estimular as importações de derivados, o parque de refino nacional vinha aumentando a sua ociosidade, que já atinge 32%, segundo nota técnica do Dieese. Sauer denunciou que “há um esquema grave acontecendo”. “Deliberadamente a Petrobrás decidiu praticar preços que incentivaram a importação de derivados pelos operadores privados multinacionais que estão aqui dentro e, inclusive, para a Petrobrás não operar, ou para operar abaixo da sua capacidade”, destacou Sauer. Ou seja, segundo Ildo, as refinarias brasileiras estão sendo sabotadas pela importação de derivados, incentivada pelo governo.

Isolado, o governo revelou toda a sua truculência e o seu descolamento da realidade. Temer resolveu se arvorar no uso da “Garantia da Lei e da Ordem”, instrumento excepcional de segurança, para tentar irresponsavelmente jogar as Forças Armadas contra os grevistas. Ele se deu muito mal. A reação não podia ser pior. O general Villas Boas, comandante do Exército, afirmou à nação que a diretoria principal das FFAA “é a negociação”. Esta posição evidenciou que as FFAA não iriam reprimir a população e o país tomou consciência de que o Comandante Supremo das FFAA, na verdade, não comandava mais nada.

O general deu destaque à diretoria e cobrou solução rápida do problema por parte das autoridades. Em suma, o governo não havia se dado conta que não contaria com os militares para reprimir o povo. A Força Nacional de Segurança foi acionada e, em Minas Gerais, recebeu o repúdio da população e da Polícia Civil do Estado em Belo Horizonte. Teve que se retirar do campo de operações às pressas sob vaias. Em vários outros lugares, militares e policiais se solidarizaram com os manifestantes e criticaram o governo. O grupo de Michel Temer partiu então para a ridícula posição de acusar os empresários de transporte de estarem praticando um “locaute”. Vários ministros que foram para a televisão anunciar que iam mandar prender fulano, o beltrano pelo suposto “locaute”, estão eles mesmos na mira da Lava Jato. E, mais do que isso, a paralisação era dos caminhoneiros e contava com um amplo apoio da sociedade. Provavelmente a maioria dos empresários também viu que essa política de preços era suicida. O Data Folha chegou a publicar uma pesquisa revelando que 90% da população apoiava o movimento dos caminhoneiros.

Além do mais, conforme o HP já publicou, locaute é quando o patrão paralisa a sua empresa para impor suas vontades ou suas exigências aos empregados. Não é o caso desta paralisação, já que todos os envolvidos estão irmanados nos mesmos objetivos, ou seja, todos, patrões, empregados e a população em geral querem a redução dos preços dos combustíveis. Com a teimosia do governo, a partir de um determinado momento, só a mudança da política passou a não bastar. Exigiu-se, então, a cabeça do entreguista Pedro Parente. Essa, nem o governo conseguiu segurar.

SERGIO CRUZ

Sete manifestantes jovens assassinados na Nicarágua neste final de semana

Organizações de direitos humanos confirmaram que pelo menos sete nicaraguenses foram assassinados por policiais e pelas brigadas de choque paramilitares na cidade de Masaya neste final de semana, ao mesmo tempo em que 12 detidos denunciaram ter sido torturados. Entre os mortos na cidade, localizada a 25 quilômetros da capital, Manágua, está um adolescente de 15 anos, informou Carrión, diretor do Centro Nicaraguense de Direitos Humanos. “A matança continua”, condenou, frisando que há uma média de três assassinatos por dia.

Entre sábado e as primeiras horas de domingo a população denunciou a prisão de dezenas de jovens que protestavam contra o corte do orçamento da educação e o rebaixamento do salário dos professores e da pensão dos aposentados. As mães dos detentos foram até a porta da Direção de Auxílio Judicial, em Manágua, para exigir a libertação dos filhos. Com o pé machucado, uma delas disse ao jornal mexicano, La Jornada, ter sido ameaçada e que, se voltassem a sair às ruas, seriam destroçadas, “porque sabem onde vivemos”. Um dos libertados confirmou o terror vivenciado: “nos capturaram sábado pela manhã, nos agrediram na delegacia de polícia de Masaya e quando nos trouxeram para a capital nos ameaçaram dizendo que iam nos matar na rodovia”.

O presidente da Associação Nicaraguense Pró-Direitos Humanos, Álvaro Leiva, que junto com sacerdotes católicos de Masaya negociou a libertação dos jovens, destacou que agora eles serão avaliados por uma comissão independente de médicos para elaborar um informe, já que não foram tratados como deveriam.

Conforme o prêmio Cervantes de Literatura 2017, o nicaraguense Sergio Ramírez, o tempo do presidente Daniel Ortega “acabou”. “Ortega soltou o gênio do mal de dentro da garrafa ao responder com caos e terror aos protestos”, concluiu.

O papa Francisco também voltou a manifestar preocupação com a gravidade da situação na Nicarágua e expressou seu pesar pela violência utilizada para reprimir protestos de caráter social.

EUA e UE autorizam a “fusão do inferno” Bayer-Monsanto

A multinacional alemã dos setores farmacêuticos e agro-químico, Bayer, anunciou na segunda-feira (4) que suprimirá a marca Monsanto depois de completar o processo de compra da corporação norte-americana de sementes e pesticidas por US\$ 63 bilhões.

O anúncio da fusão, feito em maio de 2016, sinaliza para a maior monopolização da agricultura e levanta ainda mais preocupações a questões ligadas a saúde assim como aos efeitos nocivos provocados ao meio ambiente, seja pelo uso de produtos cancerígenos ou pelo uso de sementes geneticamente modificadas também danosas ao organismo humano.

A fusão Bayer-Monsanto foi criticada em todo o mundo, por ambientalistas e grupos de agricultores. Em carta à Comissão Europeia, a Friends of the Earth, sessão europeia, afirmou que mais de um milhão de pessoas assinaram petições conclamando a Europa a impedir “essa fusão do inferno”.

O comunicado da Bayer também afirma que linha de produtos da Monsanto será conservada, a exemplo do Roundup, um herbicida que mesmo sendo apontado cmo “cancerígeno”, conforme afirma a OMS, seguiu entre os produtos mais vendidos pela empresa agora adquirida. Até mesmo o estado da Califórnia incluiu o glifosato, que é o principal produto químico do Roundup, à lista de substâncias causadoras de câncer.

A operação de fusão foi autorizada pelas agências que regulamentam a concorrência nos EUA e Europa, impondo a Bayer apenas um arranjo que significa a venda de ativos para a sua rival alemã, a BASF.

Com a fusão, a Bayer espera elevar o seu faturamento na divisão agro-química para 20 bilhões de euros, superando concorrentes como a ChemChina, que se fundiu à suíça Syngenta, ou mesmo as americanas Dow e DuPont, que se fundiram recentemente.

Milicianos líbios matam 15 refugiados que tentavam fugir de campo de concentração

Milícias líbias da região de Bani Ualid, chacinaram 15 refugiados e deixaram mais de 65 feridos durante uma tentativa de fuga onde cerca de 100 tentavam escapar de um campo de concentração que funcionava também como mercado de escravos.

No campo, estavam confinados principalmente adolescentes e

mulheres da Eritreia, Etiópia e Somália, capturados durante tentativas de cruzar o Mediterrâneo rumo à Europa. O campo de Bani Ualid é um dos acampamentos privados, mantido pelas milícias com a colaboração da Guarda Costeira da Líbia, que recebe financiamento da União Europeia, para o qual nem mesmo a ONU têm acesso.

Naufrágio tira vida de 46 africanos que tentavam atravessar o Mediterrâneo

No domingo (3), ao menos 46 migrantes morreram em um naufrágio ocorrido na costa da Tunísia durante uma tentativa para chegar à Europa. Ao todo, 67 pessoas foram resgatadas pela guarda costeira do país.

Entre os imigrantes, havia tunisianos e pessoas de diversas nacionalidades africanas. Ainda no domingo,

a Espanha anunciou ter resgatado 240 migrantes no mar Mediterrâneo. Os migrantes estavam em 11 embarcações pequenas.

De acordo com a ONU, desde o início do ano, 660 pessoas morreram enquanto tentavam atravessar o Mediterrâneo. Ao todo, 22 mil imigrantes chegaram à costa europeia, dos quais, 4 mil pela Espanha.

Macri veta limitação de tarifas e argentinos anunciam greve geral

Página 12



Greve foi anunciada durante a concentração de 500 mil em Buenos Aires



Ruas de Amã e outras 7 cidades lotaram exigindo a renúncia do primeiro-ministro

Premiê da Jordânia que tentou aplicar medidas do FMI renuncia sob protestos

O primeiro-ministro da Jordânia, Hani Mulki, renunciou esta segunda-feira depois de 5 dias de protestos massivos contra o arrocho que queria impor ao povo.

As manifestações refletiam a indignação dos jordanianos com os aumentos abusivos de produtos, serviços e impostos, uma política recessiva na contramão do que havia prometido aos jordanianos de “reviver a economia” e seguindo às recomendações do FMI de medidas que levam à estagnação, desemprego e desesperança.

Esse arrocho – que provocou protestos na capital Amã e nas cidades de Zarqa, Balqa (leste), Maan, Karak (sul), Mafrqa, Irbid e Jerash (norte) – em outras cidades do país – estava contido em um projeto de lei que Mulki se negou a arquivar dizendo que cabia ao parlamento decidir.

Os manifestantes tomaram a frente do escritório do premiê afirmando que só sairiam com a revogação da lei e ali ficaram até que o rei Abdullah II, que havia

chamado um “diálogo nacional razoável”, sobre a lei, teve o apela rejeitado pelas ruas e chamou o ministro que a seguir informou de sua renúncia já com uma multidão diante do gabinete de Mulki.

O presidente da Associação dos Engenheiros da Jordânia, Ali Al Abus, já havia declarado às autoridades que receberam uma comissão dos organizadores do protesto que “os cidadãos já estão esgotados de aumento dos preços e dos impostos” e destacou que “o Estado tem que manter sua independência e não se colar às exigências do FMI”.

Ao saber da renúncia de Mulki, o presidente do Sindicato dos Engenheiros, afirmou que as manifestações vão continuar, pois “o que necessitamos é uma mudança de rumo para o país, a mudança de pessoas apenas não resolve”.

com renda abaixo dos 3.540 reais por mês, coisa que não acontece hoje.

Os preços de pão, eletricidade, combustíveis subiram de forma constante no ano de 2017, já sob a desastrosa supervisão do FMI, que impôs o arrocho como condição para “liberar” US\$ 723 milhões para o país.

As centrais e sindicatos jordanianos convocaram um protesto com vigílias noturnas e marchas que partiam da sede da Federação Geral dos Sindicatos da Jordânia para lotar as ruas de Amã em direção às sedes dos órgãos governamentais.

Nas ruas da Jordânia ecoaram os brados de “O que aumenta preços quer incendiar o país”, “Povo soberano, Pátria soberana!” e ondearam bandeiras da Jordânia.

Uma pesquisa já havia informado que, sob o brado das ruas, dos 130 deputados do parlamento jordaniano, 78 já se declararam em oposição ao texto da lei através de nota onde afirmam que o fazem “em nome da paz nacional, justiça econômica e social”.

ARROCHO

No mês de maio, o rei propôs um aumento de impostos sobre os salários dos trabalhadores de 5% e para as empresas de 20% a 40%. Além disso, a partir da medida, os impostos deveriam recair sobre pessoas

Israel assassina enfermeira que socorria palestino ferido em Gaza

Uma multidão participou, no dia 2, do funeral da enfermeira palestina, Razan Najjar, assassinada por forças israelenses, no dia anterior, na fronteira com a Faixa de Gaza.

Uma equipe médica que incluía a enfermeira que morreu atingida no peito com uma bala disparada desde Israel, aproximou-se da cerca que separa Gaza de Israel com as mãos erguidas com a finalidade de socorrer manifestantes feridos que participavam do protesto denominado “Marcha do Grande Reorno” contra a usurpação de suas terras e seus direitos e o insano bloqueio à Faixa de Gaza.

Um vídeo liberado pelas autoridades da Faixa de Gaza mostra os integrantes da equipe todos com jalecos brancos, correndo em direção à cerca com as mãos levantadas.

Em um primeiro momen-



Enfermeira Najjar quando prestava socorro

to, a equipe foi atingida por granadas de gás lacrimogêneo, a seguir, a enfermeira Najjar recebeu um tiro no peito e faleceu.

Najjar atuou voluntariamente socorrendo manifestantes palestinos feridos desde os primeiros momentos da Marcha que consistia na aproximação de palestinos desarmados à fronteira com Israel.

O enviado especial da

ONU para o Oriente Médio, Nickolay Mladenov, reagiu indignado: “Trabalhadores da saúde não são alvos! Os palestinos em Gaza já sofrem bastante”.

O parlamentar palestino-israelense, Ahmad Tibi, delcarou que a morte de Najjar “é um hediondo crime de guerra”. Até agora mais de 120 palestinos foram mortos à bala durante manifestações pacíficas em Gaza.

Lei aprovada pelo Congresso impediria aumentos abusivos nas tarifas de gás, água e luz. “Marcha por Pão e Trabalho” reúne 500 mil na capital, Buenos Aires

O recente veto do presidente da Argentina, Maurício Macri, à lei de limitação de tarifas de gás, água e luz, fortaleceu ainda mais a onda de protestos contra a sua política de submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com a convocação nesta segunda-feira de uma nova greve geral ainda para o mês de junho. A resposta havia sido engatilhada na sexta-feira, quando, após uma semana, 500 mil pessoas encerraram em Buenos Aires a “Marcha Federal por Pão e Trabalho”, convocada pelos movimentos sindical e popular.

Conforme o Centro de Economia Política Argentina (CEPA), a lei aprovada pelo Congresso retrocederia as tarifas a novembro de 2017, estabelecendo como teto a variação do índice de reajuste dos salários. A legislação vetada permitiria que as famílias economizassem em média 17 mil pesos (\$) por ano (equivalente a R\$ 200 mensais), pagando praticamente a metade dos valores atuais. A explosão tarifária incendiou as ruas e forçou os parlamentares a se mobilizarem. Afinal, apenas entre novembro de 2017 e abril de 2018, a água subiu 26%, a luz 83% e o gás 108,5%, com uma inflação em torno de 10%. Sem o veto, o reajuste dos três serviços teria sido de 16,91%.

Para se ter uma ideia do descabro, uma família que em novembro do ano passado gastou \$ 408 de gás, em dezembro pagará \$ 933; o gás saltará de \$ 931 para \$ 2428 e a água de \$ 305 para \$ 384. Neste caso, com a lei vigente, a somatória dos três serviços básicos alcançará \$ 3746 por mês ou \$ 41.021 anuais, contra \$ 1.898 mensais ou \$ 24.843 anuais do projeto vetado por Macri.

“O que o governo fez é desregularar os preços regulados e atrelá-los ao dólar. O impacto é óbvio e a expressão mais evidente disso é que há famílias se endividando para conseguir pagar as contas”, declarou Hernán Letcher, economista e diretor do CEPA. “A tarifa residencial aumentou de maneira fenomenal. No caso de um trabalhador informal ou de um aposentado, a conta de luz pode chegar a 20% do que recebem”, acrescentou.

POVO NAS RUAS

Durante a “Marcha Federal por Pão e Trabalho” foi anunciada para os próximos dias uma greve geral contra o desgoverno Macri que, conforme Daniel Menéndez, da organização Bairros de Pé, destruiu todas as pontes de diálogo. Diante de tantos atropelos, frisou, é imprescindível parar o país “para defender o povo, colocando o pé na porta, porque não é tempo para covardes”. A multidão respondeu com um mar de aplausos e palavras de ordem, respaldando a convocação.

Secretário-geral da Confederação de Trabalhadores da Economia Popular (CTEP), Estebán Gringo Castro denunciou que “eles destroem o trabalho, pois os capitais de fora vêm para a farra financeira e não para a produção. Por isso lhes advertimos que somos pacientes e prudentes, mas não somos mansos”. Gringo recordou que o sentimento contra a injustiça se espalhou pela sociedade argentina e lembrou o padre da paróquia de La Quiaca, Jesús Olmedo, que qualificou a proposta de Macri como “projeto do demônio, ao qual temos que combater”. O dirigente da CTEP esclareceu que, assim como rechaçou as medidas entreguistas e recessivas adotadas pelo governo,

a marcha afirmou a necessidade da aprovação de cinco projetos de lei enviados ao Congresso pela oposição: o de Emergência Alimentar; Urbanização de Bairros Populares, Infraestrutura Social, Agricultura Familiar e Lei de Emergência para Viciados – que devido ao agravamento da crise tornou-se um grave problema humanitário e de saúde pública.

A Lei de Emergência Alimentar propõe uma ampla pesquisa nacional para detectar a quantidade de crianças e adolescentes desnutridas ou em risco, também fortalece o orçamento dos programas alimentares e garante o acesso à cesta básica ao conjunto das famílias com necessidade. A lei de Integração Urbana prevê garantir o acesso à moradia digna de todas as famílias, a suspensão dos despejos, a urbanização dos bairros populares e a regularização dos serviços públicos. A lei de Infraestrutura Social busca “promover o fortalecimento e a sustentabilidade da economia popular, social e solidária e garantir que 25% das obras públicas sejam realizadas por trabalhadores cooperativados”. A Lei da Agricultura Familiar pretende “garantir o uso da terra por quem a trabalha, fomentar o apoio à agricultura familiar, criar mercados e feiras onde se promova o comércio de produtos orgânicos e saudáveis”, enfrentando o poder do agronegócio e das transnacionais do veneno. Já a lei de Emergência para Viciados tem por objetivo “fortalecer os espaços e ferramentas para prevenção e assistência, promover a inclusão laboral e fomentar a capacitação sobre esta problemática”.

O secretário-geral da Associação dos Trabalhadores da Educação (ATE) Nacional e membro da direção da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA Autônoma), Hugo Godoy destacou que a Marcha Federal “nasceu para dizer não ao ajuste, porém também propõe estas cinco leis a serviço das maiorias populares”.

“Demonstramos que se pode construir uma política de Estado a serviço do povo, não como faz Macri: em duas semanas 11 bilhões de dólares foram saqueados do país. Desde este palco, dizemos que todos aqui nos comprometemos a realizar uma grande paralisação nacional porque o que nos alimenta é a esperança, é a construção de uma Argentina para todos e todas, com soberania e justiça”, enfatizou.

“FORA MACRI”

“É preciso deixar de lado as diferenças e construir uma alternativa ao governo Macri, que nos faz a cada dia mais pobres”, afirmou Dina Sánchez, representante da Frente Darío Santillán. Sánchez rechaçou o retorno da Argentina ao FMI “porque significa fome, desemprego e morte” e, para enfrentar o descaminho que significa este retrocesso, defendeu a necessidade de “construir uma greve geral nacional”. “Pan, Trabajo y el Fondo al carajo”, entoaram os manifestantes.

Nora Cortiñas, das Mães da Praça de Mario, advertiu Macri que “este grito de todos nós tem que ser escutado. Eu o chamo de Robin Hood ao revés, pois rouba dos pobres para dar aos ricos, atropela os direitos humanos de todo o povo. Queremos saúde, moradia, trabalho e educação”. A política de crescente repressão aos movimentos é grave, condenou, “porém o pior é a fome, é levar o país à fome como estão fazendo”.

LEONARDO SEVERO



Chanceler Mohammad Javad Zarif

Irã: comunidade internacional precisa salvar o Acordo Nuclear

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Mohammad Javad Zarif, dirigiu uma carta aos seus equivalentes na semana passada em que pediu “que os demais signatários e outros parceiros comerciais compensassem as perdas sofridas pelo Irã”, causadas pela saída dos Estados Unidos, na tentativa de salvar o acordo. O mundo precisa rejeitar o comportamento abusivo de Washington, afirmou ainda o chanceler. A declaração é parte dos esforços intensificados para salvar o Acordo após a saída dos EUA.

“O Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA, na sigla em inglês) não pertence aos seus signatários para que um deles possa rejeitá-lo baseado em políticas domésticas ou diferenças políticas em relação a um governo anterior”, acrescentou Zarif na carta, que foi parcialmente divulgada no domingo pela agência de notícias iraniana IRNA.

O acordo nuclear foi resultado de “conversas multilaterais meticulosas, sensíveis e equilibradas”, destacou Zarif, e não poderia ser renegociado como os EUA exigiram.

No mês passado, sem nenhum motivo plausível, o presidente norte-americano Donald Trump retirou os Estados Unidos do acordo de 2015 entre o Irã e outras potências mundiais. O pacto suspendia sanções sobre Teerã em troca de limitações ao programa nuclear do país persa.

Os demais signatários - França, Alemanha, Grã-Bretanha, Rússia e China - têm defendido a manutenção do Acordo internacional com o Irã, mesmo com a saída de Washington.



Jim Cooke - Gizmodo

‘Google não deve ligar-se ao negócio da guerra’ Sob pressão dos funcionários, Google não renovará contrato com Pentágono sobre drones

O Google anunciou que não renovará um contrato relacionado ao uso militar de inteligência artificial com o Pentágono, previsto para ser encerrado em 2019. O polêmico trabalho fornece dados para analisar imagens de drones de uso militar. A decisão foi anunciada na sexta-feira (1) aos funcionários da empresa, que em abril divulgaram uma petição exigindo garantias de que o “Google não irá desenvolver tecnologia de guerra”.

Na petição, publicada em abril, os funcionários da multinacional afirmavam “acreditar que o Google não deve participar no negócio da guerra. Não podemos terceirizar a responsabilidade moral de nossas tecnologias para terceiros”. O documento também fez referência ao lema interno da empresa: “não seja mau”. Ainda após a publicação da petição, dezenas de pesquisadores e funcionários pediram demissão como forma

de protesto.

O projeto no qual o Google desenvolvia a aplicação militar de inteligência artificial para o Pentágono, a exemplo da utilização de inteligência artificial para bombardeios com drones, era denominado “Maven”.

Apesar do Google tentar minimizar a dimensão do projeto, e-mails de altos funcionários da empresa, vazados pela Gizmodo, indicam que a parceria com o Pentágono seria sua porta de entrada para a indústria militar. Nesse sentido, o jornalista Lee Fang, do Intercept, noticiou que o Google “não se comprometeu a renunciar a continuidade de outros contratos militares que lidam com inteligência artificial”.

O projeto Maven foi iniciado em 2017. Seu objetivo era acelerar o uso e a aplicação militar de inteligência artificial. O orçamento previsto para o primeiro totalizava US\$ 70 milhões.

Índia fecha acordo com o Irã para pagar petróleo com rúpias

Contribuindo para driblar as inúmeras sanções impostas ao Irã pelos Estados Unidos e seus satélites, a Índia pagará com moeda própria, a rúpia, por todo o petróleo comprado do país persa.

Conforme a rede iraniana PressTV, o acordo negociado com o Banco de Reserva da Índia, segundo país mais populoso do mundo e que importa cerca de 70% de seu petróleo, permitirá a abertura de uma conta em rúpias, agilizando a relação comercial e benefi-

ciando ambos países.

Apesar das inúmeras declarações favoráveis ao diálogo e ao desarmamento, o Irã continua submetido a uma série de sanções internacionais por se negar a abandonar unilateralmente seu programa nuclear. O governo de Teerã sustenta que o objetivo de seu programa é para uso civil (geração de energia) e não militar, como alegam inicialmente os EUA, armado até os dentes e com longa e sangrenta trajetória de agressões.

ONU: ‘Trump está tornando os EUA campeão da desigualdade extrema’



Relator Philip Alston: 13,3 milhões de crianças vivem na pobreza nos EUA

Ex-ministro da economia da Rússia Aleksey Ulyakayev pega 8 anos de prisão por propina de US\$ 2 milhões

O ex-ministro da Economia da Rússia, Aleksey Ulyakayev, condenado à prisão por extorquir propinas no valor de US\$ 2 milhões, começou a cumprir sua sentença de oito anos na semana passada. A notícia foi confirmada pelo Serviço Federal para Execução de Sentenças, ligado ao Ministério da Justiça.

Ulyakayev está detido desde novembro de 2016 sob a acusação de recebimento de suborno, pago por Igor Sechin, diretor da empresa russa de petróleo Rosneft.

As investigações apontam que o ministro exigiu a propina para favorecer à Rosneft durante o processo de privatização da companhia petrolífera Bashneft.

As acusações se basearam nos depoimentos de Sechin assim como nas evidências envolvendo a operação secreta, na qual Sechin entregou pessoalmente uma bolsa contendo US\$ 2 milhões em dinheiro para Ulyakayev.

A condenação do ex-ministro veio em dezembro de 2017, quando um tribu-

nal de Moscou o sentenciou a uma pena de prisão de oito anos e uma multa de US\$ 2,2 milhões. Em seu pronunciamento, o juiz afirmou que “Ulyakayev agiu sob um plano pre-concebido, motivado pela ganância e com pleno entendimento de que o processo de privatização da Bashneft dependia de suas decisões”.

Ulyakayev foi o primeiro ministro russo a ser considerado culpado por corrupção pelos tribunais desde o início dos anos 1990.

Reunião preparatória do G-7 vira ringue da guerra comercial



Mnuchin (d) e Sayegh dos EUA: dia de vidraça no G-7

Berlim de que a Casa Branca concretize sua ameaça de sobretaxar os carros alemães. Uma tarifa de 25% seria “o final da relação comercial entre a Alemanha e os Estados Unidos”, já que nem um só carro fabricado na Alemanha poderia ser vendido com lucro.

Já o ministro das Relações Exteriores alemão, o social-democrata Heiko Maas, afirmou que as novas tarifas de Trump são “ilegais” e que a resposta à “América primeiro” tem que ser a “Europa unida”.

O presidente francês Emmanuel Macron alertou sobre caminhar como “sonâmbulos” — uma imagem muito comum em relação à I Guerra Mundial — em direção à guerra comercial e discorreu sobre a “necessidade de transformar a OMC”.

Sobrou também para o Nafta, já em frangalhos. O governo do México, em fim de mandato, assinalou que as sanções sob o critério de segurança nacional (dos EUA) “não são adequadas nem justificadas” e asseverou que irá reagir com sobretaxas “equivalentes” até o montante afetado.

A chanceler canadense, Chrystia Freeland, anunciou contramedidas sobre importações dos EUA até o valor de US\$ 16,6 bilhões, a partir de 1º de julho. Mas era o primeiro-ministro Justin Trudeau que se mostrava mais chocado. O Canadá tem sido um aliado dos EUA “das praias da Normandia até às montanhas do Afeganistão”, lamuriou-se. É “inconcebível”, clamou, que o Canadá possa ser considerado uma “ameaça à segurança nacio-

nal dos EUA”. “Temos que crer que em algum momento prevalecerá o senso comum, mas hoje não vemos sinal disso”.

Vozes poderosas dentro dos EUA conclamam a volta à estratégia anterior, de formar blocos sob predomínio dos monopólios (e leis) ianques, como rota para impedir a ascensão da China. A CNN, após dizer que “Trump começa guerra comercial global”, afirmou que isso coloca em risco “2,6 milhões de empregos americanos”. Depois, achando que ainda era pouco, chantageou: “cerveja dos EUA fica mais cara”.

Mas o presidente da associação de produtores norte-americanos de aço e ferro, Tom Gibson, agradeceu a Trump por assegurar “um sólido setor siderúrgico estadunidense”.

CHINA X TRUMP

China e Trump seguem se encarando, para ver quem pisca primeiro. O secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, esteve em Pequim no fim de semana, dias após Trump voltar a anunciar sobretaxas no montante até US\$ 50 bilhões. A China havia se comprometido em aumentar suas importações dos EUA. Não saiu qualquer comunicado conjunto da reunião.

Nota chinesa registrou “passos positivos” enquanto “os detalhes relevantes ainda têm que ser confirmados por ambos lados”. Posteriormente, a agência chinesa estatal Xinhua advertiu que “se os EUA introduzirem sanções comerciais, incluindo tarifas, todas as conquistas comerciais e econômicas negociadas pelas duas partes ficarão nulas”.

Relator Especial para Pobreza Extrema da ONU, Philip Alston, apresentará em Genebra no dia 18 as conclusões da investigação de 15 dias nas áreas mais destituídas dos EUA

Os EUA, que já era entre os países desenvolvidos o mais desigual e o com menor comparecimento às urnas, está ficando ainda pior sob Trump, com políticas cruéis que o estão tornando “o campeão mundial da desigualdade extrema”, assinalou o relator especial da ONU para Extrema Pobreza, Philip Alston, após percorrer por 15 dias em dezembro algumas das áreas mais destituídas dos EUA. As conclusões serão discutidas no Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra no próximo dia 18.

In loco, Alston testemunhou a desumana situação dos sem-teto de Los Angeles, dos negros abandonados à mingua do Alabama, dos paupérrimos mineiros de carvão de West Virginia e da colonizada Porto Rico, que o furacão arrasou. País mais rico do planeta, cuja plutocracia gosta de apresentá-lo como a “terra dos livres”, os EUA são, contudo, nas palavras de Alston, uma “terra de brutais contrastes”.

Um em cada quatro dos 2.208 bilionários do mundo reside nos EUA e, no outro extremo, 41 milhões de norte-americanos sobrevivem como podem na pobreza, dos quais 13,3 milhões de crianças. Quase a metade, 19 milhões, vegetam em pobreza aguda, definida como ter uma renda familiar abaixo da metade da linha de pobreza. Mais de 5 milhões levam uma existência em meio à absoluta privação.

Enquanto Trump alivia os magnatas e corporações de pagar US\$ 1,5 trilhão em dez anos, milhões de norte-americanos estão sendo forçados à ruína, cruelmente privados de alimento e outras proteções básicas. “É um ataque que está minando a rede de segurança social para aqueles que não tem como se sustentar por conta própria. Uma vez que você começa a remover qualquer senso de comprometimento governamental, você rapidamente se move para a crueldade”, advertiu Alston.

Alston condenou a política de Trump de passar uma lei que “esmagadoramente beneficia os muito ricos e piora a desigualdade”. Política que parece remover “deliberadamente as proteções básicas dos mais pobres, punir os que não estão empregados e tornar em privilégio até mesmo o atendimento médico básico”.

Os sintomas desse mal estão por toda a parte nos EUA. Os norte-americanos agora vivem menos e têm mais doenças do que os cidadãos de outros países ricos. A taxa de encarceramento dos EUA continua a mais

alta do mundo. Os níveis de registro eleitoral estão entre os mais baixos das nações industrializadas — 64% da população em idade de votar, em comparação com 91% para o Canadá e 99% para o Japão.

“Há um ataque em toda a linha contra aqueles que vivem na linha de pobreza ou abaixo dela”. Ele denunciou que essa punição dos mais pobres é baseada na suposição sem fundamento de que eles são preguiçosos, não gostam de trabalhar e se dedicam a fraudar os programas sociais. Caricatura que Alston ouviu repetidamente de autoridades do governo e parlamentares.

Conforme as investigações do relator da ONU, os EUA crescentemente estão se tornando uma aberração na comunidade mundial e que, a menos que mude o atual curso, terminará isolado de todos os outros países desenvolvidos. Em 1980, EUA e Europa estavam empatados em desigualdade — o 1% mais ricos recebia cerca de 10% da renda nacional. Agora em 2017, na Europa, esse percentual cresceu para 12% da renda nacional. Enquanto nos EUA a plutocracia abocanha agora 20%. Quando se considera a riqueza, então ...

O relator da ONU também se referiu à hipocrisia de Washington sobre “direitos humanos”. “Os EUA estão sozinhos entre os países desenvolvidos ao insistir que enquanto os direitos humanos são de fundamental importância, não incluem os direitos que guardam contra morrer de fome, morrer por falta de acesso à saúde, ou de crescer num contexto de total privação”.

Alston acrescentou que as tendências em curso nos EUA estão minando a democracia: “o que vemos é a mais baixa participação de votantes entre todos os países desenvolvidos”. “O sonho americano está se tornando na ilusão americana, já que os EUA agora têm a mais baixa taxa de mobilidade social entre os países ricos”. As mazelas do racismo persistem.

Alguns dos números da miséria nos EUA são aterrorizantes: 1,3 milhão de alunos no ano passado eram sem-teto; dos sem-teto, mais de um em cada cinco são crianças. A taxa de mortalidade infantil, de 5,8 mortes por 1000 nascidos vivos, é quase 50% mais alta do que em qualquer outra nação avançada. Como Alston resumiu, “a persistência da extrema pobreza é uma escolha política feita por aqueles que estão no poder. Com vontade política, seria eliminada prontamente”.

ANTONIO PIMENTA

Itália: Di Maio quer revisar a ‘reforma trabalhista’ e Salvini (da Liga) diz que o ‘passeio’ dos refugiados ‘acabou’

A Itália da coalizão Liga-5 Estrelas começa a mostrar a que veio. O vice-primeiro-ministro (há dois, para compor a aliança e não cansar o primeiro-ministro Giuseppe Conte), afirmou em Roma que deseja uma revisão da “reforma trabalhista”, já que o monstro imposto pelo então governo Renzi não resolveu nada e, ao invés de criar empregos, só aumentou os empregos precários, os empregos temporários, por tempo determinado. Ainda não se sabe o que sairá daí.

Di Maio assumiu, também, o comando do ministério do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, de onde espera viabilizar a “renda-cidadã”, uma espécie de bolsa-família bem mais parruda, de 780 euros, sujeita à condição, no intervalo de dois anos, de o beneficiado ter que aceitar um emprego que lhe seja oferecido (três chances), e se não o fizer, perderá o benefício. Os críticos dizem que isso acabará por reproduzir os chamados “minijobs” alemães, de baixos salários e quase sem direitos.

Já a “revisão da lei de aposentadoria” parece saída do caderninho da presidenta Dilma, com a fórmula tempo de contribuição mais idade tendo que igualar 100 (60 anos de idade e 40 de contribuição, no exemplo dado por Di Maio). Enquanto isso, o líder da Liga, Matteo Salvini, que além de vice-primeiro-ministro, assumiu a Pasta do Interior, não esperou para fazer o que considera mais inadiável para sua Itália dos italianos, isto é, dos italianos xenófobos. Foi até a Sicília, onde funciona um campo de acolhimento dos refugiados que cruzaram o Mar Mediterrâneo, Pozzallo, e declarou que “aqui é a fronteira da Itália” e que “o passeio” dos imigrantes “acabou”.

O médico Pietro Bartolo, que se tornou conhecido no mundo inteiro pelo socorro prestado em Lampedusa aos imigrantes, disse ao HuffPost edição italiana, esperar que Di Maio e Salvini se deem conta de que não estão mais em campanha eleitoral e que acudam “os mais indefesos dos indefesos”.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (5)

A bancarrota ética é um problema da luta de classes – com base econômica bastante precisa na degeneração do capitalismo em capitalismo monopolista. Se houve essa conversão para a direita na Sorbonne e outros estabelecimentos, foi em função da luta de classes fora da universidade. E não vice-versa

CARLOS LOPES

Nietzsche resume a decadência ética que, depois, tornou-se corrente em certos meios. Mas também resume a decadência intelectual daqueles que substituíram qualquer pretensão à ciência por um discurso que somente não é totalmente vazio devido ao seu reacionarismo.

Porém, a decadência ética e a decadência intelectual – a rejeição da ciência, a negação da razão – talvez sejam a mesma coisa.

[UMA NOTA: Lembro de algumas discussões, não apenas com amigos, sobre a distinção entre ética e moral. Sem entrar no conteúdo dessas discussões, minha percepção é que, em geral, as distinções entre ética e moral são muito úteis para eludir problemas éticos – ou morais. Freud, em **“O Futuro de uma Ilusão”**, escreveu: *“Desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização”*. O mesmo podemos dizer da distinção entre ética e moral. Continuemos.]

Bem entendido, a decadência ética não existe porque alguns indivíduos supostamente “de esquerda” se converteram ao credo de Nietzsche ou de algum sub-Nietzsche (por exemplo, Michel Foucault). Nem porque a área de “humanas” das universidades, sobretudo nos países centrais, se transformou em receptáculo e difusora de sortidas modalidades dessa ideologia reacionária.

A bancarrota ética é um problema da luta de classes – com base econômica bastante precisa na degeneração do capitalismo em capitalismo monopolista. Se houve essa conversão para a direita na Sorbonne e outros estabelecimentos, foi em função da luta de classes **fora da universidade**. E não vice-versa.

Exatamente por isso, tem importância que Nietzsche tenha aparecido como paradigma “filosófico” acadêmico, após ter sido – nos anos que sucederam a II Guerra, mas até mesmo antes do nazismo – relegado aos estudos de psicopatologia (apenas sete anos após a morte de Nietzsche, Jack London, que era excessivamente otimista sobre sua obra, chamou-o, em **“O Tácio de Ferro”**, de *“o filósofo louco do século XIX da Era Cristã”*) ou ao culto de algumas igrejinhas e panelinhas especialmente ressentidas.

Depois disso, entretanto, houve até quem descobrisse um Nietzsche “de esquerda”, coisa mais difícil que um “Lula de esquerda”...

GREGOS

Não é uma novidade que, desde o seu primeiro livro, **“A Origem da Tragédia”**, o rigor conceitual – o rigor “explicativo”, que estabelece relações de causa e efeito, evitando a arbitrariedade no discurso –, assim como a realidade histórica, jamais tiveram alguma importância para Nietzsche.

Nesse sentido, é difícil – talvez impossível – encontrar um autor tão “pós-moderno” quanto ele. Predomina, sempre, em Nietzsche, aquilo que Hegel, na **“Fenomenologia do Espírito”**, chamou “o arbitrário do discurso profético”. E que tipo de profecias...

As categorias expostas nesse primeiro livro de Nietzsche – o “dionisiaco”, o “apolíneo”, o “socrático” – não conservam relação com a verdadeira Grécia antiga ou com a história da tragédia grega, exceto porque são palavras gregas, e por alguns acontecimentos recortados, aqui e ali, que servem de suporte para o que Nietzsche, arbitrariamente, quer introduzir **sobre o presente**.

Assim, **“A Origem da Tragédia”** é um panfleto dirigido contra Sócrates, concebido como

a condensação do “espírito da ciência” – isto é, da razão contra o mero instinto “dionisiaco”.

Sócrates é um “decadente” (Nietzsche usa, em **“Ecce Homo”**, a palavra francesa, *“decadent”*) porque afirma o primado da consciência, da razão e da ciência:

“Se a tragédia antiga foi obrigada a sair do trilho pelo impulso dialético para o saber e o otimismo da ciência, é mister deduzir desse fato uma luta eterna entre a consideração teórica e a consideração trágica do mundo; e, só depois de conduzido a seu limite o espírito da ciência e de aniquilada a sua pretensão de validade universal mediante a comprovação desses limites, dever-se-ia nutrir esperança de um renascimento da tragédia (...). Nessa confrontação, entendo por espírito da ciência aquela crença, surgida à luz pela primeira vez na pessoa de Sócrates, na sondabilidade da natureza e na força terápica universal do saber” (F. Nietzsche, **“O Nascimento da Tragédia”**, trad. J. Guinsburg, 2ª ed., Cia. das Letras, 1999, p. 104, grifo do autor).

Ou, então:

“... é Sócrates o protótipo do otimista teórico que, na já assinalada fé na scrutabilidade da natureza das coisas, atribui ao saber e ao conhecimento a força de uma medicina universal e percebe no erro o mal em si mesmo” (idem, p. 94).

O que ele odeia em Sócrates (e em Eurípedes, de quem diz: *“o seu princípio estético, tudo deve ser consciente para ser belo”*, é, como já disse, o lema paralelo ao princípio socrático: *“Tudo deve ser consciente para ser bom”*). Em consequência disso, *Eurípedes deve valer para nós como o poeta do socratismo estético”*) é que ele teria conduzido os gregos, e a Humanidade, a:

“... uma profunda representação ilusória – aquela inabulável fé de que o pensar, pelo fio condutor da causalidade, atinge até os abismos mais profundos do ser e que o pensar está em condições, não só de conhecê-lo, mas inclusive de corrigi-lo. Essa sublime ilusão metafísica é aditada como instinto à ciência, e a conduz sempre de novo a seus limites” (idem, p. 93, grifos do autor).

Que as diferenças entre a tragédia de Eurípedes, por um lado, e a de Esquilo e Sófocles, por outro, assim como a evolução da filosofia grega, foram determinadas pelas mudanças na sociedade ateniense – ou grega, em geral – é algo que não cabe na mente de Nietzsche.

Pelo contrário, teria sido o pensamento de Sócrates, com seu “espírito da ciência”, que conduziu à decadência da Grécia e do mundo:

“Quem se der conta com clareza de como depois de Sócrates, o mistagogo [sacerdote-mestre] da ciência, uma escola de filósofos sucede a outra, qual onda após onda, de como uma universalidade jamais pressentida da avidez de saber; no mais remoto âmbito do mundo civilizado, e enquanto efetivo dever para com todo homem altamente capacitado, conduziu a ciência ao alto-mar, de onde nunca mais, desde então, ela pôde ser inteiramente afugentada, de como através dessa universalidade uma rede conjunta de pensamentos é estendida pela primeira vez sobre o conjunto do globo terráqueo, com vistas mesmo ao estabelecimento de leis para todo um sistema solar; quem tiver tudo isso presente, junto com a assombrosamente alta pirâmide do saber hodierno, não poderá deixar de enxergar em Sócrates um ponto de inflexão e um vértice da assim chamada história universal” (F. Nietzsche, **op. cit.**, p. 94).

VERTENTE

Todo o veio principal da



Barricada, durante a Comuna de Paris (1871)



filosofia, desde Sócrates, passando por Aristóteles, até Kant, Hegel e Marx, é uma luta contra o arbitrário.

A própria obra inicial da filosofia clássica alemã, a **“Crítica da Razão Pura”** (1781), de Kant, é uma resposta à negação da causalidade por David Hume.

Hume afirmara, em 1748, que a relação de causa e efeito não pode ser estabelecida pelo pensamento, mas somente pela experiência. O que quer dizer, como consequência, que a mera sucessão de acontecimentos (ou de objetos) é o que chamamos de causalidade, sem que se possa provar nenhum nexo lógico – isto é, determinação – entre a suposta causa e o suposto efeito (v. D. Hume, **“Investigação Acerca do Entendimento Humano”**, trad. Anoar Alex, in “Hume”, col. Os Pensadores, Nova Cultural, 1996, sobretudo pp. 50 a 58).

Isso, é claro, tornava arbitrário o próprio conhecimento com base na experiência – que era a pedra de toque do pensador escocês.

Ao responder a Hume, Kant tornou o próprio conhecimento a questão central da filosofia – independente de considerarmos, hoje em dia, que suas soluções foram satisfatórias ou não.

Sobre esse último ponto, é necessário reconhecer que a concepção de Kant de que a “coisa em si” (a realidade objetiva, além dos nossos sentidos) **existia**, ainda que não pudesse ser conhecida, ainda que somente fosse possível conhecer a repercussão dela em nossos sentidos e consciência, era um avanço **para a sua época**, apesar de idealista, metafísica. Nas palavras de Lenin: *“O traço fundamental da filosofia de Kant é que ela concilia o materialismo com o idealismo, sela um compromisso entre este e aquele, liga em um sistema único direções filosóficas heterogêneas, opostas. Quando Kant admite que às nossas representações corresponde algo que existe fora de nós, uma certa coisa em si, então Kant é materialista. Quando declara que esta coisa em si é incognoscível, transcendente, situada no além, Kant fala como idealista”* (VI. Lenin, **“Materialismo e Empiro-Criticismo”**, O.C., T. XIV, Akal, Madri, p. 188).

Já quando alguns autores contemporâneos, inclusive alguns supostamente marxistas (por exemplo, Louis Althusser), regredem à concepção de Kant, ainda que sob outras roupagens, estão apenas afundando em um atoleiro já superado na história da filosofia.

Porém, é contra a tradição que considera a atividade do ser – o pensar e a prática – como a fonte de conhecimento **da realidade**, estabelecendo nexos causais, e que, para além de Kant, considera o mundo concreto perfeitamente “escrutável” – isto é, possível de conhecer – que Nietzsche descarrega a sua bile.

Ele quer “regredir” a algo que julga anterior ao primado da ra-

zão em filosofia – mas que, muito provavelmente, jamais existiu, sendo mera utopia reacionária. A rigor, é mais uma degeneração do que uma regressão.

Resta saber por que, na segunda metade do século XIX, na fase de constituição dos monopólios, trustes e cartéis, a razão torna-se o alvo do – chamemos assim – pensamento reacionário.

O motivo é que a razão passa a ser uma inimiga do regime monopolista, do capitalismo monopolista, porque o próprio regime, o próprio modo de produção e sua superestrutura política, é cada vez mais irracional.

Para que não tenhamos de estender nossa argumentação sobre isso, lembremos apenas um exemplo prático: a I Guerra Mundial, que encerrou o chamado “período pacífico de desenvolvimento do capitalismo”, que vinha desde o fim da Guerra Franco-Prussiana e do esmagamento da Comuna de Paris (1871).

A I Guerra Mundial vale por todo um tratado sobre a irracionalidade do capitalismo monopolista. O nazismo, posteriormente, iria mostrar que essa irracionalidade, com o tempo, se torna, se o leitor nos permite a expressão, cada vez mais irracional – mais aberrante, mais monstruosa.

RAÍZES

Daí, a substituição, nos ideólogos da época do capitalismo monopolista, do rigor pela arbitrariedade.

Nietzsche, que começou a escrever o seu primeiro livro durante a Guerra Franco-Prussiana, é um exemplo quase pioneiro. Só não o é, completamente, porque adotou essa concepção de Jacob Burckhardt, seu colega e mestre na Universidade de Basileia, assim como o anti-método, hoje tão vulgarizado, de tomar da história apenas o que lhe interessasse, isto é, o que correspondia aos seus interesses como ideólogo.

Assim, afirmações como: *“... a humanidade certamente não representa uma evolução em direção a algo melhor, mais forte ou mais elevado. Este ‘progresso’ é apenas uma ideia moderna, ou seja, uma ideia falsa* (F. Nietzsche, **“O Anticristo – ensaio de uma crítica do cristianismo”**, trad. André Dispore Cancian, 2002), não têm outro critério de validade, senão o de ser uma opinião de Nietzsche.

Nada mais.

Este seria um “método”, ou uma “concepção”, que Foucault levaria ao extremo. Toda a História, para este, é apenas uma questão de opinião: a sua.

A COMUNA

Há uma história sobre Nietzsche e Burckhardt, que, não sabemos se verdadeira – mas, se não é, deveria ser –, enfatiza o fundo real em que ele, como ideólogo, secretou seu irracionalismo:

“Friedrich Nietzsche estava se recuperando em Basileia, na Suíça, de uma doença que o atacara na Guerra Franco-Prussiana de 1870 (ao prestar serviço de assistência aos feridos do exército alemão), quando chegou-lhe uma terrível notícia. Em março de 1871 a população de Paris havia se rebelado contra o governo derrotado. Pior: os operários estavam pondo fogo nos grandes prédios

públicos e depredando as obras de arte espalhadas pela capital francesa, entre elas a bela Coluna de Vendôme. Era a Comuna de Paris, que havia sido proclamada no dia 18 de março de 1871 (...).

“Foi um choque para ele. Ainda estonteado pelas informações que recebera, refugiou-se na casa do historiador da cultura Jacob Burckhardt (...), que igualmente estava desconsolado. Acreditaram os dois amigos que toda a arte ocidental estava ameaçada. Séculos de beleza estavam em vias de ser totalmente devastados pelo vandalismo das massas parisienses revoltadas.

“Os episódios da Comuna de Paris foram fundamentais para o acirramento das posições políticas de Nietzsche. Onde Karl Marx viu um momento de bravura popular, Nietzsche identificou o surgimento de uma nova barbárie que era preciso deter a qualquer custo. A Comuna será, pois, o ponto de partida para uma série de escritos que ele desenvolveu ao longo dos próximos vinte anos seguintes e que o colocaria ao lado dos anti-democratas, dos antissocialistas, e contra todo e qualquer tipo de pregação que visasse a igualdade, tornando-o um apologista da distinção” (Voltaire Schilling, **Nietzsche: Em Busca do Super-Homem**, AGE Editora, Porto Alegre, 2001, p. 19).

O estado de espírito de Nietzsche quando da Comuna de Paris foi confirmado por sua irmã e pelos diários de Richard e Cosima Wagner – assim como pelo próprio Nietzsche:

“Em um *racconto* introspectivo em seu *Nachlass*, Nietzsche reconhece que a primeira vez que chorou de impotência e raiva foi durante os acontecimentos da Comuna (KSA, VIII, 583). (...) em uma carta de 27 de maio de 1871 a seu superior acadêmico, seu padrinho Vischer-Bilfinger, ele explica que cancelou suas aulas na universidade no dia anterior por causa das notícias dos ataques iconoclastas proletários dos *communards*, e conclui dizendo que ‘foi o pior dia da minha vida’” (cf. Nicolás Alberto González Varela, **Nietzsche y la Commune de Paris**, Rebelión 03/09/2008).

Os operários de Paris, durante a Comuna, jamais colocaram fogo em prédios ou depredaram obras de arte. Quem fez isso foi a reação, ao reprimir a revolução – com o assassinato de 20 mil *communards*.

Mas a verdade jamais foi um critério para Nietzsche. Os pre-conceitos eram mais importantes.

LIVRE DA MORALIDADE

Esse tipo de concepção, em que a história real – a história coletiva dos seres humanos – deixa de ter importância, evidentemente, implicava (e implica) em um choque com a ética derivada dessa história real.

Em outro lugar, examinando a abordagem da doença mental, dissemos que “houve foucaultianos que pretenderam que seu mestre jamais quis fazer uma história factual da loucura, mas uma espécie de metáfora ou poema filosófico, mais ou menos no estilo de Nietzsche” (v. **“O manicômio antimanicomial e o espírito de Juliano Moreira”**).

Agora, cabe analisar se o próprio Nietzsche estava elaborando metáforas ou poemas sem relação com suas opiniões políticas – ou se estava expres-

sando estas através daqueles.

Vejamos esse trecho:

O que é bom? – Tudo o que aumenta o sentimento de poder, o desejo de poder, o próprio poder no homem.

O que é mau? – Tudo o que vem da fraqueza.

O que é felicidade? – A sensação de que o poder está aumentando, de que a resistência está sendo superada.

Não a satisfação, ao invés, mais poder; não, em absoluto, a paz, mas a guerra; não a virtude, mas a proficiência (virtude no estilo renascentista, virtù, virtude livre da moralidade).

Os fracos e os fracassados devem perecer: o primeiro mandamento de nossa filantropia. E deveriam ser ajudados nisso.

O que é mais prejudicial do que qualquer vício? – A piedade para com todos os fracassados e fracos – o cristianismo... (F. Nietzsche, **“Der Antichrist. Fluch auf das Christenthum”**, Kapitel 2).

Esse trecho poderia ser encarado como um poema, mais ou menos do tipo daqueles que celebrizaram Lautréamont e seus **“Cantos de Maldoror”**?

Os nazistas – que, é verdade, não tinham muito gosto pela poesia – não acharam assim.

Aliás, nenhum nazista, até hoje, apresentou o poeta franco-uruguaio como seu ídolo. Quanto a Nietzsche...

Sobre isso, no trabalho que citamos, havíamos acrescentado uma nota:

“Desde o fim da II Guerra Mundial, sucessivos simpatizantes de Nietzsche atribuíram à sua pavorosa irmã, Elisabeth Förster-Nietzsche, a falsificação de textos em publicações póstumas – em especial, *“A Vontade de Poder”* – para contemplar o credo nazista. Elisabeth Förster-Nietzsche foi, realmente, uma nazista desde muito antes que o nazismo surgisse como força política – e foi muito promovida na Alemanha, após Hitler tomar o poder, quando aderiu ao seu partido. Mas é bobagem atribuir a suas falsificações a proximidade que os nazistas sentiam em relação a Nietzsche – e também Mussolini, que lia e lia seus livros no original alemão”, etc. (v. **“O manicômio antimanicomial e o espírito de Juliano Moreira”**).

Sobre a relação ideológica de Nietzsche com o nazismo, a filósofa libanesa Abir Taha fez uma contribuição importante em seu livro **“Nietzsche, o Profeta do Nazismo: o culto do super-homem”**:

“... os nazistas eram nietzschenianos puros [ao contrário da] opinião de alguns estudiosos que negam ou questionam qualquer relação entre as doutrinas nietzscheniana e nazista. (...) o Nazismo foi bastante influenciado pela filosofia nietzscheniana, especialmente seu conceito de Super-homem, dando-lhe uma dimensão política para ‘colocar Nietzsche em ação’ e transformar uma noção abstrata do culto do filósofo em uma realidade concreta. A S.S. (Schutzstaffeln ou ‘Esquadra de Segurança’), a elite racial e política alemã nazista, foi de fato uma instituição nietzscheniana autoproclamada de Übermenschen ou ‘super-homens’, que queria incorporar o conceito do Deus-homem.

*“... Nietzsche, como os nazistas, clamam o renascimento do paganismo ariano, especialmente da tradição esotérica ariana antiga da Índia à Grécia, rejeitando a religião judaica do Cristianismo (...). Ambas as doutrinas reconhecem o Desejo de Poder como o motor da história; ambos louvam as qualidades e valores do Super-homem, glorificando a guerra e advogando uma visão de mundo radicalmente aristocrática. Tanto Nietzsche como o Nazismo desprezam a civilização judaico-cristã ocidental e seus dois produtos, o Liberalismo e o Socialismo, introduzindo uma ‘terceira opção’ – o radicalismo aristocrático – entre a ‘Democracia igualitária corrupta’ e o ‘Socialismo materialista do povo’. Além disso, os dois defendem a supremacia de uma ‘Raça Superior’ ariana universal, transcendendo as fronteiras dos estados e das nações; e, finalmente, Nietzsche e os nazistas eliminam o judeu ‘decadente’ da civilização, considerando-o um estranho à ordem natural, uma encarnação da Moral dos Escravos” (Abin Taha, **op. cit.**, trad. Caroline Furukawa, Madras, 2007, pp. 9-10).*

Continua na próxima edição